

Lula propõe gabinete paralelo

- ★ Organizar o gabinete paralelo para manter acesas forças que se juntaram em torno de sua candidatura a presidente da República;
- ★ Manter grupos de trabalho funcionando para cada área anunciada por Collor, cada ministério, de forma a fazer um acompanhamento sistemático das medidas do governo;
- ★ Mostrar que depois das eleições presidenciais, o Brasil é outro, mais organizado, mais politizado, e tende a avançar ainda mais na conquista de espaço democrático;
- ★ Promover discussões sobre determinados temas nos núcleos, nas igrejas, nos sindicatos, para subsidiar a discussão do Partido e do gabinete paralelo;

(Estas propostas estão na entrevista com Lula nas páginas 3 e 4)

Um balanço positivo

Os 31 milhões de votos conquistados por Lula no segundo turno das eleições presidenciais representaram uma grande vitória política para o PT. O Partido credenciou-se como capaz de governar o País, e Lula revelou-se o grande líder das oposições no Brasil. Um balanço do que foi a campanha, segundo a Comissão Executiva Nacional, está nas páginas 15 e última.

Furacão no leste

A "crise do socialismo", e o furacão que está sacudindo o Leste Europeu, é o objeto do artigo que o historiador e secretário da Cultura da prefeitura petista de Campinas, Marco Aurélio Garcia, publica nesse número do BN. Ele mostra que aqueles acontecimentos abalam as certezas de muitos setores da esquerda, mas confundem também os conservadores, incapazes de entender como essas mudanças estão ocorrendo a partir de pressões internas. Pág. 12.

Nossa tática para 90

O Diretório Nacional do PT, em reunião realizada em São Paulo, nos dias 27 e 28 últimos, aprovou uma nova tática para o Partido em 1990, formulou uma política de alianças para as eleições deste ano, e convocou a militância a discutir a questão. Pág. 5

Editorial/Cartas - 2
Entrevista - 3 e 4
Tática - 5
Formação Política - 6
Notas - 7
PT, 10 anos - 8 e 9
Rural - 10
Internacional - 11 e 12
Economia - 13
Imprensa - 14
Balanço - 15 e 16

O Brasil depois da eleição

Plínio Sampaio *

A eleição presidencial deixou claro que o mesmo bloco de poder, constituído pelo grande capital monopolista nacional e multinacional, pelo latifúndio, pela tecno-burocracia civil e militar, e pelos caciques políticos tradicionais, que deteve a hegemonia durante o período autoritário, conseguiu mantê-la no esquema de poder pós-transição.

Mas, se o bloco conservador conseguiu manter a hegemonia no poder, a fração que passa a controlá-lo mudou. Ela agora apresenta perfil mais estreito. No período ditatorial, quem comandava o bloco conservador estabeleceu com a massa - via rádio e TV, que se consolidou como elemento básico da nova correlação de forças do país - uma relação de tipo messiânico, populista. Ela pode conduzir o embate político, a iniciar-se tão logo tome posse o novo governo, a impasses altamente perigosos para a consolidação da democracia.

Mas, este aspecto da realidade precisa ser contrabalançado pelo fato de que, nunca em nossa história, as forças de esquerda, populares, progressistas e democráticas chegaram tão perto do poder. O que confere significado ainda maior a esse resultado é que ele foi obtido mediante uma ampla articulação política liderada pela esquerda, à diferença, por exemplo, da campanha de Trancredo, que foi comandada pelo centro e centro-direita.

Colocado esse resultado em uma perspectiva estratégica, pode-se concluir que a luta das massas populares pela transformação econômica, social e política do país, elevou-se a um patamar superior e que o líder político deste episódio - o nosso companheiro Lula - credenciou-se para desempenhar um papel central no processo político das próximas décadas.

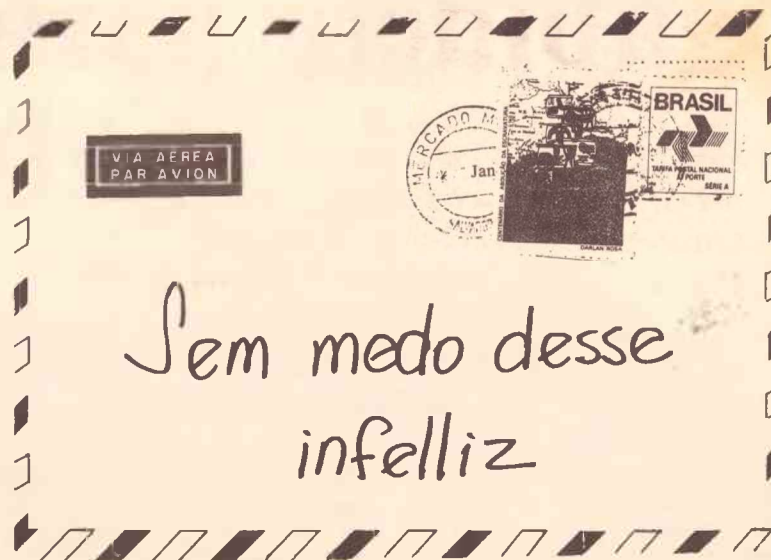
Das eleições presidenciais, não sai um governo democraticamente forte, capaz de pôr fim nesse jogo de soma zero a que se reduziu a política econômica do governo Sarney. Sai um governo inconsistente, sem apoio partidário sólido, que usou de processos manipulativos e anti-éticos para chegar ao poder e que por isso mesmo dificilmente terá condições objetivas para tomar as decisões que se fazem necessárias para superar a crise econômica.

Daí as justificadas apreensões quanto ao desenvolvimento do processo político, sobretudo quando se considera a gravidade do surto inflacionário, a profundidade da crise econômica e a renovação dos governos estaduais e da representação legislativa neste ano de 1990.

Não cabe, contudo, diante dos riscos que a conjuntura apresenta nem o catastrofismo nem o aventureirismo. A realidade está indicando às forças de esquerda populares, progressistas, que a posição correta, tanto para fazer avançar como para garantir a democracia e a marcha para uma sociedade socialista moderna e pluralista, é a oposição clara, decidida, exercida dentro das regras e da ética do jogo democrático.

A Comissão Executiva Nacional resumiu essa decisão em termos precisos. No campo dos movimentos sociais ela fala da defesa intransigente dos interesses e da economia popular. No campo sindical, da mobilização imediata do operariado para bloquear os efeitos negativos da recessão. Para o Congresso a Executiva propõe a formação da frente parlamentar de oposição, congregando os partidos de esquerda, populares, progressistas e democráticos. No plano político, o aprofundamento da articulação de forças realizada no segundo turno da eleição presidencial. No plano eleitoral, propõe dar continuidade à política de alianças para reforçar o esquema opositor com governos estaduais e representações parlamentares. No plano ideológico, finalmente, defende a afirmação do projeto alternativo de socialismo democrático do PT.

* Deputado federal e membro da Executiva Nacional do PT.



Conscientização política

Como coordenador da Frente Brasil Popular, como representante do PT, lutamos aqui em nossa cidade pela conscientização política do nosso povo. Com muita luta fundamos o nosso Comitê Popular Pró-Lula, com a ajuda da União da Juventude Socialista de BH, isso se deve ao fato de não termos diretório do PT aqui. Somos jovens lutando pelo crescimento do partido.

Devido a isto desejamos uma assinatura do Boletim Nacional do PT, como forma de lutarmos para conseguirmos o governo do nosso estado, e uma oposição a este filhote da ditadura. Nos enviemos as condições de pagamento. Queremos ficar comprometidos e informados.

Marcio Geraldo Silva - Perdigo (MG)

Núcleo do PT

Escrevo com o objetivo de obter informações sobre como assinar o Boletim Nacional do PT.

Estamos organizando um núcleo do PT em meu bairro e na condição de coordenador devo ficar melhor informado. E de meu interesse receber informações sobre todas as publicações do partido para que posteriormente possa fazer outras assinaturas.

Efigênio Santana - Ipatinga (MG)

BN responde: Para assinar o BN basta enviar para a sede nacional do PT (Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041 - São Paulo) um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, no valor de 10 BTN do mês (assinatura anual), juntamente com seu nome e endereço completos.

Falta d'água

O Mello ganhou as eleições e a vida das famílias pobres já começou a melhorar. Em Brasília, faz pouco tempo, quando faltava água, e alguém queria encher a piscina de sua casa, tinha que ser íntimo dos "homens", ou pagar uma nota alta ao carro-pipa. No dia 27 de dezembro vi num jornal um carro-pipa do Corpo de Bombeiros de Brasília colocando água na casa da família de Mello. Já se vê que agora qualquer família pobre de Brasília pode encher sua piscina com a ajuda do Corpo de Bombeiros.

Ironia à parte, um dia os eleitores enganados de Mello vão ver claramente que ele e Sarney nunca foram inimigos de verdade. Muito pelo contrário. Para ambos, nada mais natural que usar o serviço e a água do Corpo de Bombeiros em proveito pessoal.

José Ravicz - Rio de Janeiro (RJ)

Jogo sujo

Com relação à vitória de Collor, já era esperada alguma arapuca para depois do encerramento do horário gratuito. E ela veio com a edição do segundo debate entre Lula e Collor, feita pela Rede Globo. Se o candidato Fernando Collor ficasse mudo durante todo o debate, a Globo teria dito que ele foi o melhor.

De tanta maracutaia, a transição pode virar intransição. Conferir legitimidade ao próximo governo é ser cúmplice de um crime nefando, feito pela Rede Globo, que deveria informar de forma neutra. Há muita diferença em se perder um jogo limpo ou um jogo sujo, como o realizado pela Rede Globo. Isso é irracional, e não podemos compactuar nem nos calar diante dos fatos. Não ao governo ilegítimo de Fernando Collor de Mello.

José Carlos Ribeiro -, Goiânia (GO)



Orgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP
Fone: (011) 575-2299
Secretário de Comunicação: Rui Falcão

Edição: Celso Horta
Secret. de Redação: Marisa Lourenço
Diagramação: Francisco Esvael e Eliana Esvael
Colaboradores: Bernardo Kucinski, Igor Fuser, Jorge Mattoso,

Magda David
Marcia Milanésio.
Marco Aurélio Garcia
Ilustração: Gilmar
Produção e Impressão: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

O gabinete paralelo, segundo Lula

A idéia básica de gabinete paralelo, segundo Luís Inácio Lula da Silva, é manter acesas e mobilizadas as forças que se juntaram em torno da Frente Brasil Popular.

Nesta entrevista ao BN, Lula fala da imagem de Collor, do socialismo, das alianças, da organização do partido, e confessa sua crença em chegar ao poder através das urnas.

BN. Diante dos sinais que Collor vem dando ao País, como você vê as possibilidades desse governo que se elegeu prometendo o paraíso para os brasileiros?

L. Eu acho que o governo Collor tem um espaço de manobra política muito grande para enganar a sociedade. Ele pode e tem facilidades para dar sequência ao processo de mentiras. O povo ainda está em compasso de espera. Ou seja basta que ele anuncie quatro ou cinco medidas, por exemplo, a venda de carros oficiais, a venda de algumas mansões, para que o povo comece a acreditar que algo está mudando neste país. Ele pode, tranquilamente, fazer isso, à medida em que precisa de apenas seis meses para tentar ganhar as eleições para os governos estaduais. Se o tempo entre a posse e as eleições fosse maior, ele chegaria ao processo eleitoral totalmente desgastado. Acho, inclusive, que é importante a gente contar com as possibilidades de haver um acordo da burguesia com Collor para atravessar o ano de 90 sem maiores distúrbios na economia.

BN. E no plano social, você acha que vai ser possível também não haver distúrbios?

L. O que se exige de um governo no primeiro ano é o anúncio do que vai fazer. Ele não vai poder construir casa em seis meses, ele não vai fazer a reforma agrária em seis meses, não vai adotar medidas que repercutam a curto prazo. Ele pode anunciar medidas que possam apresentar possibilidades de melhoria seja no campo da política agrícola, da reforma agrária, da política salarial, da moralização administrativa. Agora é lógico que tudo isto só é possível se existir um acordo entre ele e os setores que representam a classe dominante, porque algumas medidas que se fazem necessárias para manter sua popularidade são contraditórias com as alianças que ele fez para ganhar as eleições. Eu acho que vai ser muito difícil para ele cumprir os compromissos do programa que ele apresentou na TV porque vão entrar em choque com as pessoas que o ajudaram.

BN. No essencial, quais eram esses compromissos?

L. O primeiro era a questão de recuperar o salário mínimo. Num dos debates ele disse que ia aumentar em cinco vezes o salário mínimo. Todas as medidas que apresentou no campo social são medidas que se chocam com Roberto Marinho e com usineiros que deram apoio financeiro a ele.

BN. Com um acordo com a burguesia, ele conseguiria também uma com-

posição parlamentar para sustentá-los nesses meses?

L. Acredito que sim. Acredito que ele vai fazer um esforço muito grande para ter apoio do Congresso. Depois da nova Constituição, qualquer presidente que queira governar de forma democrática terá que passar pelo Congresso Nacional a não ser que resolva utilizar medidas provisórias, da mesma forma que o governo militar utilizava o decreto-lei para governar, o que não é recomendável.

BN. E a proposta de gabinete paralelo, como ela pode interferir na conjuntura?

L. Quando fizemos a proposta de gabinete paralelo, o que estava martelando na nossa cabeça era a idéia de manter organizadas as pessoas que votaram na candidatura da Frente Brasil Popular. Nós conseguimos juntar em torno da minha candidatura, principalmente no segundo turno, um sem número de companheiros da mais alta competência, das mais diferentes atividades, seja política, artística ou intelectual. E nós entendemos que é preciso manter essas pessoas motivadas, acesas, produzindo política. A idéia é criar uma atividade que, se neste momento é apenas interna ao PT, possa no futuro compreender as forças que compuseram a nossa aliança do segundo turno. A idéia é ter grupos de trabalho funcionando para cada área específica, para cada área anunciada por Collor, cada ministério, de forma a fazer um acompanhamento sistemático das medidas governamentais.

Ele não vai poder construir casa em seis meses, ele não vai fazer a reforma agrária em seis meses, não vai adotar medidas que repercutam a curto prazo.



BN. Você já tem indícios do que as outras forças que se somaram ao PT no segundo turno pensam disso?

L. Nós tivemos uma primeira conversa com o Brizola, com o Arrais, com Roberto Freire, com João Amazonas, com os companheiros do PSB. Depois veio o Natal e nós não conversamos mais. Eu pretendo, a partir da reunião do Diretório Nacional, começar a conversar sobre isso.



Roberto Parizotti

Nós estamos agora numa fase de elaboração da nossa proposta de gabinete paralelo, já começamos a pedir a alguns grupos de trabalho para apresentarem suas sugestões. E acreditamos que, possivelmente no começo de fevereiro, a gente tenha o projeto pronto para discutir.

BN. Os próprios grupos de trabalho seriam abertos às várias forças políticas?

L. O mais democrático, o mais representativo seria montar os grupos de trabalho com representantes das mais diferentes forças políticas e, inclusive com pessoas que não pertencem a nenhuma corrente política. Essa é a nossa meta, embora pretendamos começar apenas com nossos militantes. Existem intelectuais da mais alta competência que não são ligados a nenhum partido político e que poderiam tranquilamente dar sua contribuição enquanto brasileiros, enquanto pessoas preocupadas

com a melhoria das condições de vida da nossa sociedade.

BN. As formulações dos grupos de trabalho poderiam também ser transformadas em projeto de lei?

L. Obviamente poderíamos transformar uma parte dessas discussões em legislação, mas o objetivo mesmo é o aspecto político, é permitir e garantir que a sociedade brasileira tenha nesse gabinete paralelo uma referência de oposição séria.

BN. Quais seriam os princípios para um programa de gabinete paralelo? Seriam os princípios políticos do PT?

L. Nós não pretendemos fazer nenhuma regulamentação para a atuação do gabinete. Ele não pode virar uma entidade. É uma experiência que nós vamos fazer no Brasil. Nós temos um programa de governo que norteou a minha campanha, e temos também um programa que foi feito de comum acordo com as propostas enviadas pelos



O que queremos é mostrar que depois dessas eleições o Brasil é outro.

partidos aliados. Eu acho que esse programa de governo é a base de atuação do gabinete que vamos criar. Seu funcionamento se dará à medida em que o novo presidente anuncie uma medida qualquer.

BN. A conjuntura eleitoral desse ano em cada estado pode dividir os interesses dos partidos de oposição. Isso não pode atrapalhar esse projeto?

L. São duas coisas distintas. Em uma eleição estadual, o que está em jogo nem sempre são os interesses nacionais, mas os interesses locais, brigas locais, disputas locais.

O governo, ou esse gabinete, não sei o melhor nome, tem que ser algo superior, tem que ser independente das alianças para os governos estaduais. Obviamente que esse gabinete tende a subsidiar a sociedade civil para o debate. Naturalmente, não temos nenhum interesse em fazer oposição sistemática. Ou seja, à medida em que o novo presidente tome medidas acertadas e favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora nós não iremos fazer oposição. Nós iremos dizer que a medida é boa, não tem problema nenhum. O que queremos é mostrar que depois dessas eleições o Brasil é outro. Na minha avaliação, embora o presidente eleito seja um imoral ele é resultado de uma votação. Nós batalhamos por isso uma vida inteira, e achamos que é assim que se fortalece a democracia. Saímos das eleições com um segmento social mais organizado, com a sociedade mais politizada, mais calejada, e acho que o Brasil tende a avançar na conquista do espaço democrático.

BN. A relação do gabinete paralelo com o movimento sindical aqui no Brasil, seria uma relação exclusiva com a CUT?

L. Estou convencido de que nossa relação deva ser com o movimento sindical e não com essa ou aquela central. Ou seja, se você tiver um representante do movimento sindical que não seja ligado à CUT você deve conversar com essa pessoa. Acho que nós do PT, que defendemos a total liberdade e autonomia sindical, em função da afinidade de concepção política, não podemos esquecer que existem outras correntes no movimento sindical. Pretendemos manter contato com todas elas, tentando agir da forma mais democrática possível.

BN. Você acha que o gabinete paralelo continuará contando com o apoio dos setores importantes da igreja como contou durante a campanha?

L. É muito difícil fazer qualquer previsão. Somente quando a coisa começar a funcionar é que você vai sentir que a gente pode produzir o apoio que pode receber. Porque é uma coisa nova e tudo que é novo pode ser aceito com muita facilidade, como também pode ser rejeitado com muita facilidade. Nós estamos fazendo uma experiência,

mesmo porque não temos estrutura para manter quadros profissionalizados. Temos uma estrutura pequena que vai depender muito da boa vontade de pessoas importantes nos mais diferentes segmentos da sociedade. Temos 20 grupos de trabalho, e precisamos reunir essas pessoas pelo menos uma vez a cada 30 ou 40 dias, para discutir as ações governamentais.

BN. Você acha que administrações públicas comandadas por partidos de oposição poderiam dar um apoio a esse trabalho? E as prefeituras do PT?

L. Se nós queremos contar com os setores progressistas da sociedade, obviamente que nós contamos com as prefeituras do PT. Nós achamos que elas são importantes, do ponto de vista da contribuição que podem dar a nível de informação e da experiência administrativa que o nosso pessoal está adquirindo. Mas eu acho que elas não podem resolver o problema da sustentação material do gabinete paralelo. Você não pode ter um técnico contratado pela prefeitura.

BN. E a militância do PT, onde pode colaborar com essa idéia?

L. Eu tenho sempre que possível enaltecido a capacidade da militância política que trabalhou na minha campanha, não apenas do PT, mas também dos demais partidos que estiveram envolvidos na campanha. Eu acho que a situação do Brasil é tal, a economia está tão desorganizada, o povo tão carente, que a militância passa a ser uma mola mestra, no sentido de veicular e divulgar aquilo que for apresentado pela equipe do gabinete. A militância pode montar grupos de discussão sobre determinados temas nos núcleos, nas igrejas, nos sindicatos, e isso pode vir como subsídio para ser discutido no partido, ou dentro do próprio gabinete. Não é possível ter um projeto desses sem a participação do movimento sindical, comunidades de base, movimento de favelados.



Pode parecer estranho, mas acho que essa quantidade de eleições prejudica a organização do partido, não ajuda.

BN. Agora, após as eleições, como fica sua posição sobre o parlamentarismo?

L. A Constituição define o papel do presidente. O papel do presidente hoje é ainda forte, mas menos forte do que antes, porque a Constituição deu ao Poder Legislativo um pouco mais de força. Eu não vejo nenhuma possibilidade de você antecipar o parlamentarismo. Está previsto um plebiscito em 1993. Eu acho que nós temos que abrir uma discussão madura e serena para que o povo compreenda o que é cada um dos regimes. E em 1993, depois do plebiscito a gente muda o regime de governo, se isso ficar aprovado.

BN. O PT saiu fortalecido das urnas de 90. Como fica agora com as eleições estaduais? Você acha que o PT deve crescer?

L. Pode parecer estranho, mas acho que essa quantidade de eleições

prejudica a organização do partido, não ajuda. O partido pode crescer eleitoralmente, e não crescer na sua organização interna. Na sua estrutura interna, pode até decrescer. Me preocupa, porque eu acho que precisamos ter um tempo para reorganizar o partido, ou seja, para voltar a fortalecer os núcleos de base, nossa participação nas fábricas, fazer um processo de filiação muito grande, para que a gente possa trazer para o PT outros quadros.

BN. Que consequências esse enfraquecimento pode trazer ao partido?

L. Por exemplo: nós não conseguimos implementar algumas coisas que foram a razão de a gente ter ganhado algumas prefeituras; nós não conseguimos implementar o conselho popular que era bandeira nossa. E por que não conseguimos? Eu acho que é um pouco porque a gente não sabe. Um pouco porque a gente não tem definido o que é um conselho popular. Ele é só do PT? Ou reúne os mais diferentes movimentos existentes em cada vila, em cada bairro. Agora, se o PT não está organizado a gente corre o risco de formar um conselho popular só de adversários. Não basta o PT ganhar o governo de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, não basta. É preciso saber se a gente vai ter organização de base suficiente não só para elaborar a nossa política dentro do governo, mas para dar garantia da aplicação dessa política. Do contrário, ficamos vulneráveis às críticas da imprensa burguesa, às provocações. E quando digo isso, isento qualquer um dos milhares de dirigentes do PT por não investirem na organização do PT nesse ano.

BN. Como você entende uma política de alianças para esse ano?

L. O PT vai ter que tomar cuidado, nós quebramos um tabu sobre alianças. Acho que o PT hoje está mais preparado para fazer alianças. É importante que o PT procure, sempre que possível, fazer alianças com os setores progressistas de cada estado, de cada município. Mas é importante também que nós, da direção nacional, e isso é feito já com uma certa prudência, não determinemos, como correia de transmissão, o que cada estado deva fazer, porque é preciso que a gente dê o máximo de mobilidade também para eles, porque as brigas regionais às vezes são mais árduas e mais ranhetas que as nacionais. Acho que o PT tende a sair muito mais fortalecido nessas eleições estaduais, acho que o PT pode crescer muito.

BN. O PT também se enfraquece ideologicamente com essa quantidade de eleições subsequentes?

L. Se por um lado as eleições enfraquecem o debate interno, por outro é importante porque fortalecem o debate externo. Inegavelmente é no debate externo que o partido cresce. É no debate externo que o partido aparece para a sociedade. Num debate interno você pode se estruturar, você pode se organizar mais, mas o que faz o partido crescer a nível de massa é o debate externo.

BN. Na sua opinião, falta no PT debate interno sobre a questão do socialismo?

L. Veja, eu não acho que está faltando no PT, eu acho que está faltando na sociedade. Não se discute mais, em 1990, o socialismo tal como se discutia na década de 60. Graças a Deus o PT

foi criado em cima de bases corretas, porque o que está acontecendo na Europa hoje é exatamente uma das razões da criação do PT. Ou seja, nós fomos em 1980 favoráveis ao Solidariedade porque entendíamos que não pode haver democracia sem liberdade e autonomia sindical, mesmo nos países tidos como socialistas. Ora, porque o socialismo pressupõe democracia, democracia pressupõe liberdade de organização sindical, pluralismo partidário, direito de greve, pressupõe o direito de você ser contra.



Não se discute mais, em 1990, o socialismo tal como se discutia na década de 60.

BN. Para concluir, o que mudou na vida pessoal, você pretende recandidatar-se a deputado federal?

L. Acho que mudou muita coisa na minha vida. Do ponto de vista do comportamento pessoal o Lula não mudou nada, mas do ponto de vista do entendimento político eu acho que evolui. Acho que consegui, neste ano de 89, frequentar o melhor curso universitário que alguém pode frequentar na terra. A medida em que você participa dos enfrentamentos que eu participei, acho que não tem nada mais difícil de se fazer, acho que tudo é possível de ser feito e acho que não existe ser humano incapaz para nada. Acho que demos uma contribuição ao Brasil. Naturalmente junto com outros companheiros, porque o mérito não é meu nem do PT apenas, mas de outras forças políticas também. Acho que o Brizola teve um papel importante, bem como os partidos que se aliaram conosco. Nós pudemos dar a esse povo a certeza de que é possível fazer política diferente.

Depois desse aprendizado todo eu pretendo continuar contribuindo com o país. Vou disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Este ano o parlamento será muito rico e daqui pra frente terá um papel muito importante.

BN. E qual o recado que você tem para dar à militância nesse momento?

L. Acho importante neste instante dizer para a militância do partido o seguinte: não vejo razão nenhuma para alguém estar frustrado por não termos ganhado as eleições. O que é importante a gente ter em mente, é que nunca a classe trabalhadora chegou ao patamar que chegou na vida política brasileira. Ou seja, nunca a classe trabalhadora foi tão respeitada. Eu acho que aquilo que eu dizia cinco anos atrás, de que é impossível à classe trabalhadora chegar ao poder pelo voto, eu acho que não é assim impossível; com um pouco mais de organização a gente chega. Se vamos conseguir exercer esse poder em toda sua plenitude, são outros quinhentos, que vamos ter que discutir daqui pra frente. O chamamento que eu faço é que cada militante, que cada companheiro entre novamente de corpo e alma nestas eleições para que a gente possa cada vez mais entregar o Brasil aos setores progressistas.

DN aprova tática para 1990

As eleições de 90 vão ocorrer numa conjuntura em que o principal objetivo do governo Collor será a consolidação da vitória eleitoral de 1989, através da conquista dos principais governos estaduais e de uma maioria no Congresso Nacional.

Na opinião do secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, o deputado estadual José Dirceu, "por trás dessa ação do novo presidente se esconde a intenção de garantir o ajuste neoliberal da economia cuja fatura será inevitavelmente debitada na conta dos trabalhadores".

É essa visão que, segundo Dirceu, orienta a tática para a ação partidária definida pelo Diretório Nacional para 1990. Reunidos no Hotel Danúbio, centro de São Paulo, nos dias 27 e 28 de janeiro, os membros do Diretório Nacional aprovaram a orientação básica proposta ao órgão máximo da direção partidária por José Dirceu.

Segundo o secretário-geral, as eleições de 90 definirão a composição do Congresso que fará a reforma constitucional em 1993 e que poderá ou não levar o país ao parlamentarismo através de um plebiscito. A disputa pelos governos estaduais, por sua vez, garante Dirceu, é o primeiro passo para a sucessão presidencial de 1994. O que faz desse momento, um instante especial na consolidação do PT, na ampliação de sua base social e eleitoral, e no aprofundamento da consciência democrática popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores.

"Nosso partido e especialmente a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de Governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidade de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos executivos forças políticas de esquerda e progressistas", sustenta Dirceu.

Política de alianças

Na proposta de tática aprovada pelo Diretório Nacional, Dirceu defende que "a condição para uma política de alianças é o estabelecimento de objetivos comuns na luta por um governo democrático popular e pelo socialismo, com aqueles partidos que em um ou outro objetivo têm com o PT pontos básicos de acordo."

Com base nesse princípio, relata o secretário-geral, o PT já realizou coligações e frentes eleitorais com o PSB, o PCdoB, reunidos na Frente Brasil Popular, com o PCB em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, com o PV no Rio, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, e mesmo com o PDT e PSDB, especialmente nas eleições presidenciais.

O desempenho na disputa presidencial no ano passado credenciou o PT como importante protagonista das sucessões estaduais e da renovação do Congresso Nacional este ano. O Diretório Nacional, reunido no fim de janeiro em São Paulo, definiu as orientações centrais para o Partido enfrentar 1990. É o que diz José Dirceu, secretário-geral da Comissão Executiva ao Boletim Nacional.

Os critérios para as alianças

A proposta aprovada pelo Diretório Nacional do PT no fim de janeiro em São Paulo, estabelece os seguintes critérios para orientar a política de alianças nos estados:

- 1. - oposição ao governo Collor com base num programa democrático popular;*
- 2. - diretrizes básicas de um programa de governo estadual em oposição aos atuais governadores;*
- 3. Campanha conjunta - coordenação, finanças, mobilização, propaganda e rádio-TV;*
- 4. Socialismo - avançar uma concepção*

de socialismo democrático a partir de pressupostos mínimos que orientem a candidatura e a campanha;

5. chapa conjunta - chapa majoritária e de proporcionais conjunta ou separada de comum acordo;

6. Hegemonia - espaço político e orgânico para a disputa da hegemonia no processo eleitoral;

7. A Propaganda eleitoral não poderá privilegiar nenhuma candidatura proporcional. A exceções devem ser discutidas e deliberadas conjuntamente pela direção da Frente/Aliança.

Na proposta do secretário-geral, o PT deve orientar-se por manter candidaturas próprias ao cargo de governador no primeiro turno, "sem que isso signifique a inviabilidade de alianças e coligações." Em determinados casos, acrescenta Dirceu, a serem definidos pelos Diretórios Regionais e Encontros Estaduais o PT poderá com candidatura petista ou mesmo de outro partido ou setores de partidos aliados compor uma frente já no primeiro turno.

O pressuposto defendido pelo secretário-geral é que a decisão represente do ponto de vista político e eleitoral um acúmulo e um ganho para o PT e para a Frente.

Polêmicas

Duas questões, a continuidade da Frente Brasil Popular, e o socialismo polemizam hoje as discussões sobre as alianças eleitorais em 1990. Segundo informação dada pelo secretário-geral do Diretório Nacional, na discussão com o PSB e com o PCdoB "ficou evidenciado que a Frente Brasil Popular, a nível nacional, não pode se sobrepor às realidades estaduais e/ou ter vigência como tal no novo quadro político formado com as eleições de 1990."

Isso significa, segundo Dirceu, privilegiar as relações com esses dois partidos, "sem prejuízo da possibilidade de manter ou ampliar a Frente Brasil Popular em determinados estados". Dirceu julga necessário considerar também, na perspectiva de construir uma

Frente de Esquerda a médio prazo, a crise do PCB, as fusões e incorporações no PSB e mesmo os impasses do PCdoB.

Dirceu lembra que a política de alianças definida pelos encontros estaduais, prevê que apenas em casos excepcionais e particulares possam ser feitos acordos com o PDT e o PSDB e com setores progressistas do PMDB, como ocorreu em Vitória, por exemplo, nas eleições de 1988.

No caso do PSDB, o secretário-geral julga que o grande divisor de águas na atual conjuntura será a oposição ao governo Collor. Quanto ao PDT, ele afirma ser necessário uma avaliação rigorosa de sua evolução a partir das eleições do ano passado, sobretudo da participação de Brizola no segundo turno.

As definições em torno da questão do socialismo são imprescindíveis na política de alianças a ser adotada este ano. Para o secretário-geral, essa exigência é fruto da experiência acumulada no ano passado, quando se exigiu do PT respostas para as quais nem ele nem a Frente estavam preparados.

URGENTE BRASIL URGENTE B

Partido Político de verdade tem proposta de verdade

O PT continua vendendo a coleção de fascículos "Brasil Urgente", em edições a NCz\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) o exemplar.

Os fascículos tratam das grandes questões nacionais, sob a "ótica petista", com muitos números, fatos, e análises de especialistas do Partido.

É um trabalho inédito na história política brasileira. Através desses fascículos o PT apresenta à Nação a sua análise da realidade e também propostas concretas em cada área.

Simpatizantes, filiados, militantes: adquiram os seus exemplares. Não deixem de ler a coleção "Brasil Urgente".

Escrevam urgente para: Distribuidora Nacional do PT, av. 11 de junho, 260 (04041) São Paulo - SP.

CUPOM PARA PEDIDO

Nome: _____ Tel.: _____

End.: _____ Cidade: _____

Cep: _____ Estado: _____ Filiado ao PT? () sim () não

Preço da coleção completa: NCz\$ 80,00 (o Correio é por nossa conta).

Aprofundar o debate no Partido

A Secretaria Nacional de Formação Política está estudando seu plano de trabalho para 90, que deve dar destaque ao crescimento do PT como dirigente da Luta dos trabalhadores. O projeto final deve ser aprovado em plenária, nos próximos dias 9 e 10. A idéia, segundo o secretário Gilberto Carvalho, é aprofundar o debate político dentro do partido para um melhor preparo da militância e da própria liderança do PT, através de cursos, publicações, audiovisuais e outros métodos.

A Secretaria também está estudando a construção de sua Escola Nacional de Formação. Por ora, para superar a falta da Escola, o PT vem estabelecendo convênios com entidades afins que possam oferecer sua infra-estrutura para os cursos do Partido. É o caso do convênio com o Instituto Cajamar, feito há dois anos. E agora, no início de 90, o PT deve fechar um convênio com a Fundação Nativo da Natividade, que também vai oferecer cursos aos militantes.

Executiva centraliza orçamentos

“Autonomia financeira, pedra de toque da autonomia política”

O Diretório Nacional do PT está trabalhando com um orçamento global e com orçamentos por secretarias. Segundo Valdi Camárcio, que há um ano ocupa o cargo de Secretário Nacional de Finanças, o objetivo, a curto prazo, é permitir que as decisões sobre recursos para este ou aquele projeto sejam tomadas em função de critérios políticos e de prioridades. A elaboração dos orçamentos vai permitir também que as aprovações de recursos saiam das mãos da Secretaria Nacional de Finanças e sejam transferidas para o Diretório Nacional ou sua Comissão Executiva.

Outra preocupação da Secretaria é a conscientização dos filiados de que a contribuição financeira é um compromisso básico que os militantes devem ter com o Partido. É responsabilidade do filiado - afirma Camárcio - garantir a autonomia financeira do seu Núcleo, do Diretório Municipal, do Regional e também do Diretório Nacional. Cartilhas, textos, circulares e outros do PT têm procurado ressaltar a perspectiva nacional que o trabalho de finanças deve ter.

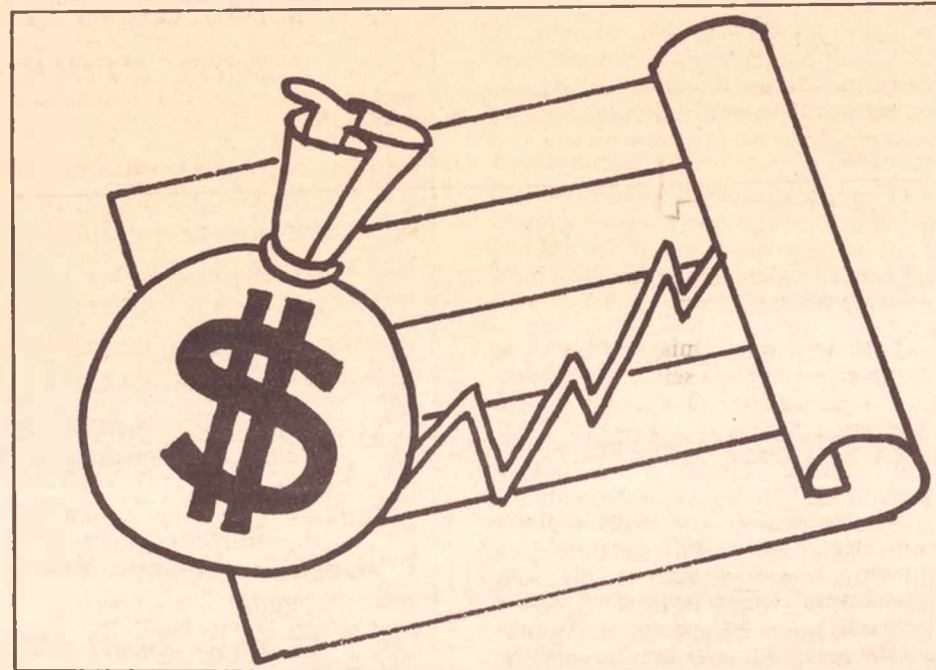
A principal modificação introduzida pela política nacional de finanças, aprovada pelo V Encontro, foi aposentar a taxa equivalente ao valor de um cafezinho vinculando-a ao salário de cada companheiro(a). Assim, a contribuição mínima de cada filiado passou a ser 1% do seu salário. Outra decisão do Encontro foi deixar de calcular os repasses dos Diretórios com base na fórmula: número de filiados vezes valor do cafezinho. O novo critério, mais realista, estabelece que o repasse será feito com base no número efetivo de filiados que contribuem. A intenção, segundo Camárcio é “assegurar um maior compromisso do filiado com o Partido além de estimular os Diretórios a investirem mais no trabalho de auto-sustentação”.

O acelerado crescimento do Partido após as eleições de 88 levou o DN a assumir tarefas crescentemente dispendiosas, sem que os Diretórios Regionais e Diretórios Municipais participassem do esforço. Em 1989, uma nova mudança na política de fi-

nanças do partido, procurava restabelecer esse equilíbrio, aumentando o valor dos repasses para o Diretório Nacional.

A partir do VI Encontro Nacional os Diretórios Municipais, que contribuíam apenas com o respectivo Diretório Regional, com 20% da sua arrecadação, passaram a enviar 18% da receita para o Diretório Regional e 12% para o Diretório Nacional. Os Diretórios Regionais, que até então enviavam apenas 10% de sua arrecadação para o Diretório Nacional, passaram a contribuir com 18%.

Essas mudanças correspondiam a um novo quadro das finanças do partido nos municípios. As vitórias eleitorais, e a eleição de vereadores e prefei-



tos, garantiu a um número significativo de Diretórios Municipais um aumento expressivo na sua arrecadação. Ao mesmo tempo, essa nova conjuntura dos municípios aumentava extraordinariamente as demandas do Diretório Nacional. A direção do partido se viu obrigada a investir muito mais nas áreas de formação política, assessoramento técnico, encontros, viagens, etc. Para tanto investiu também na profis-

Cursos começam em fevereiro

A Secretaria Nacional de Formação Política vai informar aos membros dos diretórios regionais e municipais, ainda em fevereiro, sobre todos os cursos que vai realizar em 90, e sobre como participar. O cronograma até março, dos cursos que serão oferecidos pelo convênio com o Instituto Cajamar, já foi divulgado. Na área de formação política, haverá um curso de análise de conjuntu-

ra, de 9 a 16 de fevereiro, e de 12 a 16 de março, e outro sobre projeto político, de 23 a 30 de março. Na área de formação popular haverá dois cursos, o primeiro de 2 a 9 de fevereiro e o segundo de 2 a 9 de março. Também será oferecido um curso para formação sindical, sobre as formas de luta e organização dos trabalhadores, de 9 a 16 de feverei-

Fascículos venderam 265 mil

A série de fascículos “Brasil Urgente”, a cargo da Secretaria Nacional de Formação Política, mostrou que existe uma grande procura por parte da militância e dos simpatizantes do PT de conhecer melhor o projeto do partido. Foram vendidos 265 mil exemplares dos 5 tipos de fascículos publicados. Eles explicavam o projeto econômico, político e social da candidatura Lula. Além disso, a experiência provou que o PT tem condições de produzir e distribuir rapidamente material de formação política.

Mas ainda existem 130 mil fascículos para serem vendidos. De qualquer forma, os exemplares que já saíram pagaram os custos dos demais, segundo Milton Pomar, encarregado da distribuição do material. O maior problema tem sido o fluxo de dinheiro dentro da própria estrutura do partido, já que muitos diretórios usaram os recursos da venda dos fascículos para cobrir ou-



tros gastos da campanha presidencial. Mesmo que esses diretórios liquidassem sua dívida junto à Secretaria de Formação Política imediatamente, o atraso de 3 meses desvalorizou o valor real da dívida.

Os interessados em adquirir a coleção podem escrever para a “distribuidora do PT”, Avenida Onze de Junho, 260, Cep 04041, S. Paulo.

ção do filiado chegava às mãos do Diretório Nacional. Ou seja, de uma contribuição de NCz\$ 10,00 feita por um filiado ao seu Diretório Municipal, chegava ao Nacional apenas NCz\$ 0,20.

Segundo o Secretário Nacional de Finanças, embora o Partido tenha feito um grande esforço para implementar esta política plenamente ainda em 88, ela deve ser efetivada somente no primeiro trimestre deste ano. “De todo modo, ela já é do conhecimento de todo o partido e nós esperamos que todos contribuam para a sua consolidação dentro do espírito de que a questão de finanças deve ter uma perspectiva nacional e não apenas local”.

Para o Secretário Nacional de Finanças, as eleições presidenciais do ano passado mostraram a extraordinária capacidade do partido de gerar finanças. “Com criatividade e muita garra, a militância garantiu a autonomia financeira da Campanha, e, como sabemos autonomia financeira é a pedra de toque da autonomia política”. Segundo Camárcio, apesar das dificuldades, o Diretório Nacional fechou o ano de 89 com as finanças em condições regulares. Como metas para este ano, a Secretaria pretende intensificar o fornecimento de instrumentos de arrecadação e de debate e conscientização sobre as finanças partidárias aos Diretórios Regionais e Municipais.

Promotor denuncia Caiado Lançados os primeiros nomes

A comissão de dirigentes partidários escolhida pela Executiva Nacional para opinar sobre a "armação" articulada contra o PT no "caso Lubeca" ainda não se manifestou, nem o caso foi definitivamente esclarecido. Mas já há desdobramentos importantes.

O promotor Jethro Pires, da Justiça Eleitoral, denunciou Ronaldo Caiado e dois funcionários da Lubeca por crime eleitoral, reconhecendo a "armação" contra o PT. No dia 15 de dezembro, a própria Polícia Federal, ao encaminhar o inquérito ao procurador da Justiça Eleitoral, já havia concluído que "a denúncia do Sr. Ronaldo Caiado não foi comprovada".

O delegado da PF, responsável pelo inquérito, Mário Nakasa, afirmava na oportunidade que "possivelmente haja no caso infringência de dispositivos da lei do colarinho branco e sonegação fiscal".

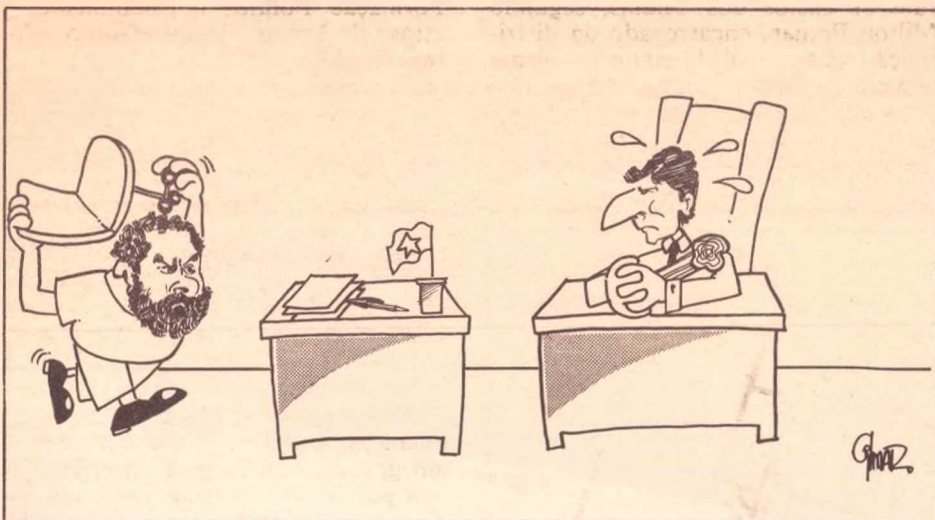
A conclusão da Polícia Federal, que isenta o PT de culpa e aponta responsabilidades de Caiado e de direto-

res da Lubeca já havia sido antecipada pela Executiva Nacional do PT no dia 3 de novembro, ao se manifestar sobre o fato.

Em nota oficial, a Executiva do Partido denunciava que "não é a primeira vez, e certamente não será a última, que os adversários do PT armam ciladas para tentar indispor nosso partido com a opinião pública". Depois de citar o episódio Leme, no interior de São Paulo, quando o PT foi acusado de ser responsável por distúrbios que resultaram em mortes de trabalhadores, a nota afirmava que "às vésperas da eleição, e diante do evidente crescimento da candidatura Lula, esses adversários forjaram uma denúncia para atacar a Prefeitura de São Paulo e atingir indiretamente o nosso candidato a presidente da República."

Após advertir que "em regime democrático não se pode admitir pré-julgamentos", a Comissão Executiva Nacional afirmava que "o PT não tem nada a temer e repele essa manobra suja."

Gabinete Paralelo tem estatuto



A proposta do companheiro Lula de constituir um gabinete paralelo foi aprovada pelo Diretório Nacional do PT. A direção partidária optou por caracterizar a iniciativa como restrita ao PT e ao seu campo mais próximo de afinidade com a sociedade civil, sem dispensar a criação de um fórum de partidos de oposição para discutir ações conjuntas contra medidas do governo Collor.

Segundo o Diretório Nacional, os objetivos do gabinete paralelo são acompanhar, fiscalizar e criticar os atos políticos e administrativos do governo Collor de Mello, apresentar para a sociedade brasileira alternativas concretas às políticas do governo Collor, com base no Programa Democrático Popular, e ser uma referência de políticas públicas para as entidades sindicais e populares na oposição.

A coordenação política do gabinete

paralelo será da Comissão Executiva Nacional, e Lula será seu coordenador-geral e porta-voz. O partido deverá criar uma estrutura de apoio para o gabinete que operará em Brasília.

Na estratégia de formação desse instrumento da política partidária, o Diretório Nacional definiu que uma implantação deverá levar em conta e não poderá se contrapor à reestruturação do partido e suas necessidades financeiras. Os primeiros passos, previstos no cronograma de implantação aprovado, são um encontro com as equipes de governo do PT constituídas no ano passado e a realização de miniseminários por equipe temática, para detalhar o diagnóstico da conjuntura e iniciar um balanço preliminar das primeiras medidas do governo Collor. Essa atividade desembocará no primeiro seminário promovido pelo gabinete paralelo.

Um primeiro levantamento feito pela Comissão Executiva Nacional sobre o quadro da sucessão estadual em todo o Brasil revela que o PT já tem vários candidatos próprios aos governos estaduais e está se habilitando com rapidez para formular a nível dos estados, sua política de alianças e seu programa de governo a nível regional.

As discussões estão avançando particularmente nos três principais estados da Federação, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O levantamento foi apresentado à reunião do Diretório Nacional, nos dias 27 e 28 de janeiro, em São Paulo. Minas Gerais é o estado em que o Partido tem mais pré-candidatos: dois deputados estaduais, Sandra Starling e Nilmário Miranda, dois federais, Virgílio Guimarães e João Paulo Pires, e o presidente do diretório estadual, Antonio Carlos Pereira.

No Rio de Janeiro, o diretório regional lançou Jorge Bittar pré-candidato ao governo estadual, e em São Paulo o deputado federal Plínio

Sampaio aparece sozinho na disputa à legenda, depois que o vereador Eduardo Suplicy e o secretário-geral nacional, José Dirceu desistiram de concorrer ao cargo.

No Pará, o Diretório Regional lançou o nome de Avelino Ganzer, enquanto em Santa Catarina a direção estadual listou vários nomes de candidatas para discussão interna, com o objetivo de chegar ao nome do candidato em reunião marcada para os dias 10 e 11 de fevereiro.

No Distrito Federal, o Diretório Regional lançou Lauro Campos candidato a governador, num quadro eleitoral em que o PT parte de posição privilegiada em função do sucesso de Lula nas eleições presidenciais entre os eleitores da Capital Federal.

Também no Rio Grande do Sul as discussões já começaram e o Partido já tem os nomes do deputado estadual Raul Ponte e do vice-prefeito Tarso Genro citados nas discussões das instâncias partidárias, como possíveis candidatos ao governo do Estado.

PT vai ter jornal este ano

O Diretório Nacional quer um novo projeto de jornal partidário pronto até o dia 20 de março. Para isso, constituiu uma Comissão com o objetivo de estudar o assunto e garantir sua execução ainda este ano.

A idéia do Diretório Nacional, segundo manifestou o secretário de comunicação do PT, jornalista Rui Falcão, que também é o presidente do Diretório Municipal de São Paulo, e um dos membros da Comissão aprovada, é elaborar um estudo que não se limite ao jornal do PT.

"Vamos considerar também o problema dos demais meios de comunicação como o rádio e a TV. Na questão do jornal impresso, pretendemos fazer o projeto de jornal para o PT, e também estudar uma idéia de jornal que possa somar com outras forças políticas e sociais interessadas numa alternativa de comunicação para o País."

A decisão do Diretório Nacional

confirma as preocupações que a Executiva Nacional vem sustentando desde o final da campanha eleitoral do ano passado. A imprensa partidária a nível nacional, é hoje, limitada ao **Boletim Nacional** e às circulares distribuídas pelas instâncias partidárias.

Os Encontros oficiais das instâncias partidárias começam em abril. Entre os dias 21 e 22, todos os municípios devem realizar encontros e opinar sobre o programa partidário para o ano, a política de alianças para as próximas eleições, bem como sobre os candidatos à governador e as chapas proporcionais que concorrerão às eleições de outubro.

Os nomes que o PT submeterá às urnas este ano serão definidos oficialmente nos Encontros Estaduais que serão realizados entre os dias cinco e seis de maio. O programa nacional de televisão do partido está marcado para 29 de março. Vejam as principais datas:

Encontros começam em abril

Municipais - 21 e 22 de abril

Estaduais - 5 e 6 de maio

Nacional - 2 e 3 de junho

REUNIÕES DA EXECUTIVA NACIONAL:

9 de fevereiro

19 de março

16 de abril

REUNIÕES DO DIRETÓRIO NACIONAL:

24 e 25 de março

19 e 20 de maio

Programa Nacional de TV -
29 de março

São 10 anos de existência, de lutas e de afirmação de um projeto partidário que surgiu da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervirem na vida social e política do país para transformá-la.

Os 10 anos do PT, que se completam dia 10 de fevereiro, são um fato marcante na história brasileira. Não

só pelo que ele vem produzindo de transformações no país ao longo desse período, mas sobretudo pelas expectativas que enseja, a partir, principalmente, da campanha eleitoral do ano passado, quando os 31 milhões de votos dados ao Lula expressaram uma profunda confiança em nosso projeto e premiaram nossa coerência. Amadurecemos muito depressa nessa década, mas certamente ainda há muito a fazer no plano da organização interna, da formação política e da comunicação. Sem falar, é claro, da vital

reflexão a respeito da sociedade socialista que pretendemos construir — seu caráter, os meios para chegar até ela, seu modelo único e incomparável a descobrir, tanto mais agora que a revolta popular varre os regimes do Leste europeu.

Nestes dez anos, o PT se firmou como um partido democrático, de massas e socialista, vinculado às lutas sociais e presente na disputa político-institucional. Chegou o momento de criar laços mais estreitos, permanentes, com os setores populares e a classe trabalhadora. Chegou a hora de conquistar a massa desorganizada, prisioneira das classes dominantes pela miséria e pela desinformação. Chegou o tempo de ganhar a disputa de hegemonia na sociedade e de fazer prevalecer nossa proposta alternativa. É preciso lutar, é possível vencer!

Nestas duas páginas, um pouco da história do PT, em imagens.



Mario Pedrosa assina a lista de apoio à fundação do PT.

1980 No dia 10 de fevereiro, no Colégio Sion (SP), realiza-se o lançamento de 101 assinaturas de apoio à fundação do partido. De 30 de maio a 1.º de junho, grupos de discussão votam teses e elegem a Comissão Provisória Nacional sob a presidência de Lula. Faltava ainda o registro provisório do Partido dos Trabalhadores.

1981 A campanha de filiação desencadeada no início do ano atinge o número mínimo de filiados exigidos pelo TSE. O PT estava legalizado. Executivas estaduais e municipais, com base nos Encontros e Convenções, tomam a seu cargo a direção do partido.



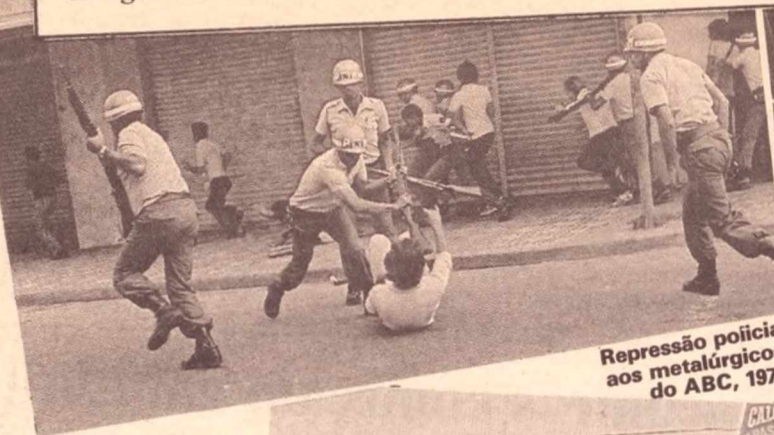
Primeira Convenção Nacional do PT.

1982 O PT participa pela primeira vez de eleições gerais, lançando candidatos em 23 Estados. A representação parlamentar eleita foi a seguinte: 8 deputados federais, 13 deputados estaduais, 117 vereadores e um prefeito, no município de Diadema (SP). O total de votos dados ao PT em todo o país foi de 1.589.645.

1983 Nesse ano o PT realiza o primeiro comício por eleições diretas, no Pacaembu, em São Paulo.

1984 O PT intensifica sua presença nos movimentos populares e sindical e mobiliza-se em torno da campanha das Diretas já.

1985 O PT vai às urnas concorrendo às prefeituras das capitais e dos municípios considerados área de segurança nacional. Disputa em 22 capitais e 36 municípios; elege a prefeita de Fortaleza e só não elege Darci Accosi prefeito de Goiânia por fraude na apuração.



Repressão policial aos metalúrgicos do ABC, 1979.



Lula na porta da Volkswagen em São Bernardo, em 18/09/80.

1979 Depois das greves operárias que explodiram no ABC e se estenderam por todo o país, ninguém mais pode ignorar a presença ativa dos trabalhadores. As principais lideranças dessas lutas propunham-se a criar um partido de trabalhadores. A proposta encontrou grande ressonância entre as comunidades de base, militantes de esquerda e intelectuais.

1980 - 1990

10 ANOS

Manifesto do Partido dos Trabalhadores

PT

O Partido dos Trabalhadores nasce da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante luta que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ao se construir pelas suas mãos, não pode ser tirada.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada a condição de brasileiros de segunda classe. Agora, os valores da nova consciência se fazem ouvir através das suas lutas. As grandes melhorias que construíram a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizaram-se em suas próprias mãos, para que a ação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das Lutas Sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender os seus direitos, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços básicos nos bairros e para compor-se a umidade de que são capazes.

Essas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro do destino político, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que os seus lutas individuais e fragmentadas não bastam para garantir a conquista dos direitos dos interesses de povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra os sistemas autoritários e políticos que não podem resolver os seus problemas, pois os meios para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um Partido de Massas

O Partido dos Trabalhadores nasce do contato de indivíduos políticos dos trabalhadores, já cansados de ver de massa de membros para os políticos e os partidos representativos com a transformação da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de participação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade não se dá sem a luta de classes, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam, organizam-se, lutam, em suas próprias mãos, para a construção de um partido capaz de organizar os interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados para os seus objetivos.

Os trabalhadores querem se organizar como forças políticas autônomas. O PT representa uma nova expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Todos os Partidos dos Trabalhadores, seja um partido para todos os trabalhadores, ou um partido para cada um dos setores explorados, devem ser capazes de defender os seus interesses econômicos, sociais e políticos. O PT quer atuar não apenas nos momentos de crise, mas, principalmente, em dias de paz e de estabilidade social, pois os seus interesses políticos não podem ser deixados de lado em momentos de crise social, econômica e política.

Queremos, por isso mesmo, um partido capaz de defender os interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados e não apenas a sua própria agenda. Queremos também que tenhamos liberdade de expressão, liberdade de organização política e liberdade de participação política. Queremos, portanto, um partido capaz de defender os interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados e não apenas a sua própria agenda.

Peça Participação Política dos Trabalhadores

Um partido se organiza em torno de um programa político, econômico, social e cultural. O PT nasceu por isso em torno de um programa político, econômico, social e cultural. O PT nasceu por isso em torno de um programa político, econômico, social e cultural.

Não existe liberdade onde o direito de greve é limitado ou onde os trabalhadores não têm liberdade de organização política e sindical. Não existe liberdade onde o direito de greve é limitado ou onde os trabalhadores não têm liberdade de organização política e sindical.

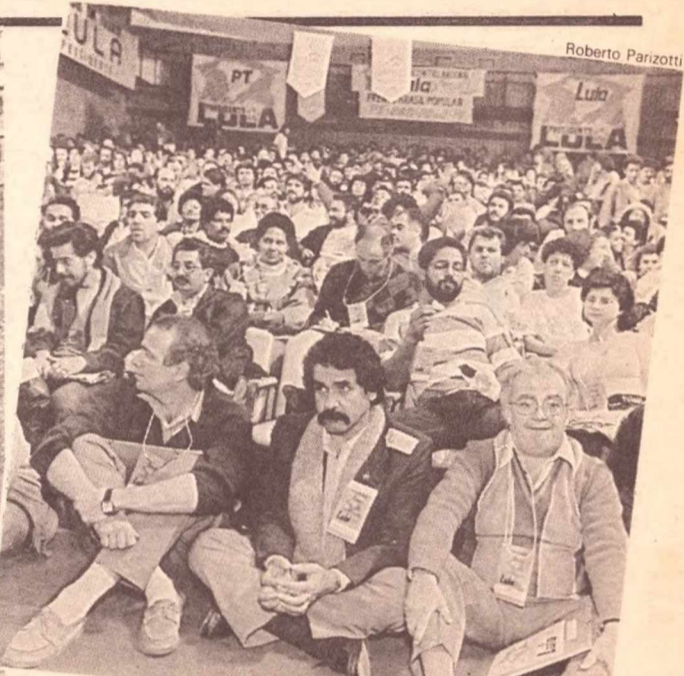
O Partido dos Trabalhadores entende que o povo decide e que fazer dos direitos constitucionais e dos direitos sociais do País, de direitos econômicos que são legais ou que não são, mas que são direitos sociais e econômicos, é o dever de todos os trabalhadores. Mas estes interesses não podem ser defendidos apenas no plano político, mas também no plano econômico, social e cultural.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Queremos que a nação e o povo, que luta, saiba que o País só será realmente independente quando o Estado for dirigido pelos mesmos trabalhadores. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, e que os seus interesses sejam os interesses de todos os trabalhadores e não apenas os interesses das elites dominantes. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, de ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT pretende conquistar a liberdade para que o povo possa controlar os seus próprios interesses, não seja mais explorado nem oprimido.

São Paulo, 10 de fevereiro de 1980



Lula e Paulo Azevedo. Leme, 1986.



VI Encontro Nacional do PT, São Paulo, 1989.

1986 Novamente o PT concorre às eleições gerais de 15 de novembro, desta vez em todas as unidades da Federação e em 20 delas com candidato próprio a governador. Quatro meses antes das eleições, o PT vive o episódio de Leme, a primeira grande armação contra o partido. Policiais militares atacaram trabalhadores rurais em greve causando a morte de duas pessoas. Governo e imprensa acusaram infundadamente membros do PT que lá estavam ao lado dos trabalhadores.



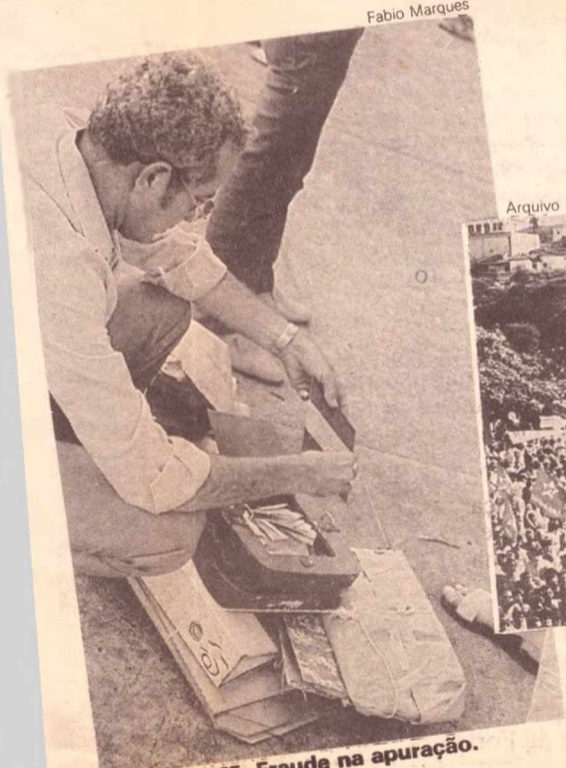
Campanha para as eleições do congresso constituinte, em 1986.



Lula com Fidel Castro, em 1989.



Comício do Pacaembu, em São Paulo, em dezembro de 1989.



Goiania, 1985. Fraude na apuração.



Primeiro comício do PT pelas diretas, Pacaembu. São Paulo, novembro de 1983.



Palanque do Comício da Candelária, no Rio, em dezembro de 1989

1989 O VI Encontro Nacional do PT discute o nome do vice de Lula. Como candidato da Frente Brasil Popular (integrada pelo PT, PCdoB e PSB), Lula chega ao segundo turno e recebe o apoio do PDT e PSDB.

Lei agrícola exige mobilização

O Brasil corre o risco de ter uma lei agrícola que privilegia a agroindústria e os exportadores de alimentos, em prejuízo dos pequenos e médios produtores rurais, que põem a comida na mesa do brasileiro. O alerta, do deputado federal do PT Antônio Marangon (RS), procura mobilizar o partido e as forças progressistas do País contra uma "manobra indecente" que está em andamento na Comissão de Agricultura para favorecer a proposta conservadora da UDR.

Magda David

No ano passado, o Senado aprovou o projeto de Lei Agrícola do senador Nelson Carneiro, que foi elaborado pelo Fórum de Secretários Estaduais da Agricultura, e em diversos pontos se assemelha à proposta da CUT. Esse projeto foi para a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O presidente dessa Comissão, o usineiro José Egreja, desrespeitando o regimento interno, forçou a votação do substitutivo de deputado Rosa Prata, que praticamente copiou o projeto da UDR. Esse texto acabou sendo aprovado num processo totalmente irregular, segundo afirmou Marangon ao **Boletim Nacional**.

Agora, os setores progressistas do Congresso estão se articulando para que o projeto de Nelson Carneiro volte à discussão e seja aprovado. Para isso, a primeira providência será fazer um requerimento com a assinatura de 10% da Câmara, exigindo que os dois projetos sejam discutidos em plenário. Passada essa etapa, esses parlamentares vão pedir para votar o primeiro texto de Nelson Carneiro, e não o substitutivo de Rosa Prata. Se essas tentativas falharem, ainda resta pressionar o próprio Senado para rejeitar a proposta da UDR.

Seja qual for o resultado dessa batalha parlamentar há um último obstáculo, segundo Marangon: "O presidente da República ainda pode vetar o texto final. E não estamos confiando que Collor vá aceitar uma política agrícola que beneficie os pequenos e médios produtores."

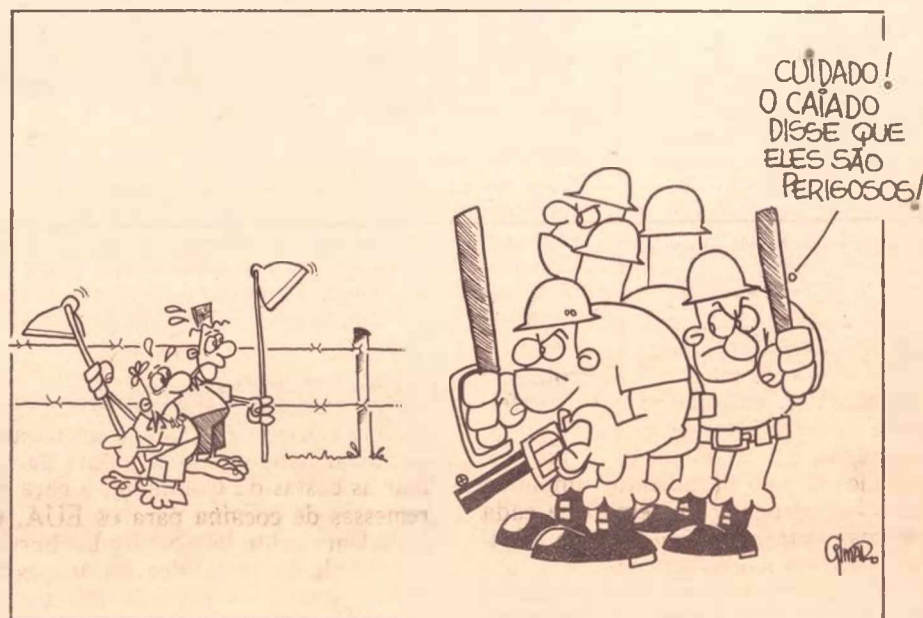
O projeto de Nelson Carneiro não é exatamente o que foi proposto pela CUT, mas já representa um avanço em relação às atuais condições da agricul-

tura. Nelson Carneiro reconhece que deve haver um tratamento diferente na questão do financiamento agrícola, em acordo com o tamanho da propriedade rural, mas não determina que diferenças seriam essas. Já o texto de Rosa Prata ignora as diferenças e trata da mesma forma grandes e pequenos, o que na prática significa crédito apenas para os maiores.

A questão do controle de estoques reguladores, que garantem o abastecimento da população, é outro ponto de profunda divergência. O projeto de Nelson Carneiro prevê a presença do Estado na armazenagem e distribuição de alimentos. O texto de Rosa Prata deixa tudo na mão da iniciativa privada, com intervenção estatal só em época de crise. Para o deputado do PT é uma forma dos grandes e dos atravessadores ganharem sempre. "Quando a safra é boa, e os preços podem cair, o governo é obrigado a garantir preços acima do mercado. Mas se os preços estiverem altos, dando lucros abusivos, o governo nada pode fazer." Para ele é continuidade do atual modelo paternalista do Estado, que garante o lucro da iniciativa privada, em detrimento de muitos contribuintes.

Outro ponto de profunda discordância entre os dois projetos é a criação do Conselho Nacional de Política Agrícola. O projeto apoiado pela UDR dá ao Conselho uma estrutura tal que apenas o grande produtor manda, apesar da presença de dois representantes de pequenos produtores. Pior que isso, aponta Marangon, o Conselho ficaria encarregado de fazer as leis para o setor. No projeto de Nelson Carneiro, os poderes do Conselho seriam mais modestos, e haveria maior participação dos pequenos e médios proprietários rurais, através de entidades representativas e dos secretários estaduais de agricultura.

Caiado ameaça Sem Terra de expulsão



Terminada a eleição presidencial, o candidato da UDR, Ronaldo Caiado, não perdeu tempo. Já conseguiu da justiça um mandado de manutenção de posse sobre terras improdutivas de propriedade de sua família, ocupadas por trabalhadores sem terra, desde antes das eleições de novembro. Os trabalhadores ainda resistem, mas sob ameaça de violência por parte da UDR.

A ocupação começou no dia 25 de agosto do ano passado, quando 85 famílias de trabalhadores se instalaram na fazenda Europa Quinhão 2, de 618 hectares, localizada a 24 kms de Goiás Velho, antiga capital do estado de Goiás.

No dia 29 de dezembro, o juiz da Comarca decidiu a favor dos Caiado e determinou a desocupação da área, que está em nome de Leonina Caiado. Os lavradores pediram um prazo para cumprir a ordem judicial, de forma a poder colher o que haviam plantado. O pedido não foi aceito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Souza Costa, e os trabalhadores estão sujeitos à expulsão da terra a qualquer momento.

Logo após a ocupação, o Inca visitou o local, que totaliza cerca de 15 alqueires, e constatou que a área

nunca foi explorada pelos proprietários e que o terreno encontrava-se praticamente abandonado. De acordo com a documentação do Inca, a fazenda não estava cumprindo sua função social. O texto ainda concluía que a terra poderia ser desapropriada para assentamento dos lavradores, a título de reforma agrária.

Foi esse laudo que estimulou os trabalhadores a plantarem suas lavouras, esperando decisão favorável da justiça goiana. Eles vão colher este ano naquelas terras 1.200 sacas de arroz e 800 sacas de milho, sem contar a cultura de subsistência, a mandioca, o amendoim, a abóbora, o quiabo, a melancia, o mamão.

O laudo do Inca, além de não ser considerado pela Justiça do Estado não sensibilizou também o governo federal. A Superintendência Regional do Inca em Goiás mandou o processo para Brasília, onde, há mais de três meses, aguarda a expedição de decreto de desapropriação.

Segundo o advogado Milton Heinem, assessor da Comissão Pastoral da Terra Regional Goiás, que acompanha o caso, a justiça passou por cima da nova Constituição, privilegiando uma visão legalista e conservadora da posse da terra. (MD)

De volta à política das canhoneiras

Igor Fuser*

Uma prática das mais nefastas, inaugurada pelo presidente Ronald Reagan, está se tornando hábito na política externa dos Estados Unidos: ao se ver em apuros perante a opinião pública, a Casa Branca apela para o orgulho dos americanos e despacha os marines para mais um espalhafatoso show em terras estrangeiras. O sucesso é garantido - desde, é claro, que o palco seja um país sem as mínimas condições de se defender.

A fórmula deu certo em Granada, uma minúscula ilha caribenha contaminada no início da década pelo vírus do socialismo e invadida em 1983, logo depois que um carro-bomba em Beirute liquidou, de uma só vez, as vidas de quase 300 soldados americanos e a política Reagan para o Oriente Médio. Na invasão do Panamá, o motivo era outro - prender o general Manuel Noriega - mas a lógica a mesma: o presidente George Bush, do Partido Republicano, vinha de uma humilhante derrota, semanas antes, nas eleições para prefeitos e governadores. Além disso, não conseguia mais disfarçar os magros resultados de sua barulhenta campanha contra as drogas, um tema que cada vez mais está substituindo o comunismo na demonologia oficial.

No curto prazo, a operação "Justa Causa" cumpriu plenamente seu objetivo: à custa de matar centenas de civis panamenhos, arrasar quarteirões inteiros e rasgar sem a menor cerimônia todas as leis internacionais, Bush fez saltar sua popularidade para os níveis mais altos das últimas décadas. Mas a euforia com a exibição de prepotência das tropas americanas já começa a se dissipar. Uma vez colocado Noriega atrás das grades, o governo não consegue explicar porque manteve o tiranete panamenho na folha de pagamento da CIA por mais de 20 anos, se sabia, o tempo todo, de suas ligações com o narcotráfico.

Fica difícil, igualmente, justificar tanto empenho em capturar um delin-

quente, quando o governo americano sustenta, a peso de ouro, um Exército como o de El Salvador, que recentemente assassinou seis religiosos católicos, dos quais cinco eram americanos.

Há também problemas de ordem legal: depois de tudo o que aconteceu, como montar um julgamento com alguma aparência de Justiça? Qual tribunal, a esta altura, teria coragem para absolver Noriega?

No Exterior, a situação de Bush é ainda mais embaraçosa. No momento em que Gorbachev é aplaudido por permitir que os países do Leste Europeu trilhem seus próprios caminhos, a superpotência que se diz guardiã da democracia regressa, ostensivamente, à sua antiga "política das canhoneiras". Nenhum governo, com exceção da Inglaterra de Margaret Thatcher, deu respaldo à invasão. É verdade que, no caso da América Latina, a condenação unânime aos EUA foi pouco mais do que uma mera formalidade. Mas é certo, também, que nem mesmo o mais submisso dos governos latino-americanos consegue tapar os olhos ao perigo precedente. Prova disso foi o incidente causado pelo plano americano de enviar navios de guerra para patrulhar as costas da Colômbia, à caça de remessas de cocaína para os EUA. O presidente colombiano Virgílio Barco, um fiel aliado da política antidrogas de Bush, repudiou veementemente o plano - do qual, aliás, só tomou conhecimento porque a notícia vazou para o "New York Times". Os navios, que já estavam a caminho, tiveram de voltar.

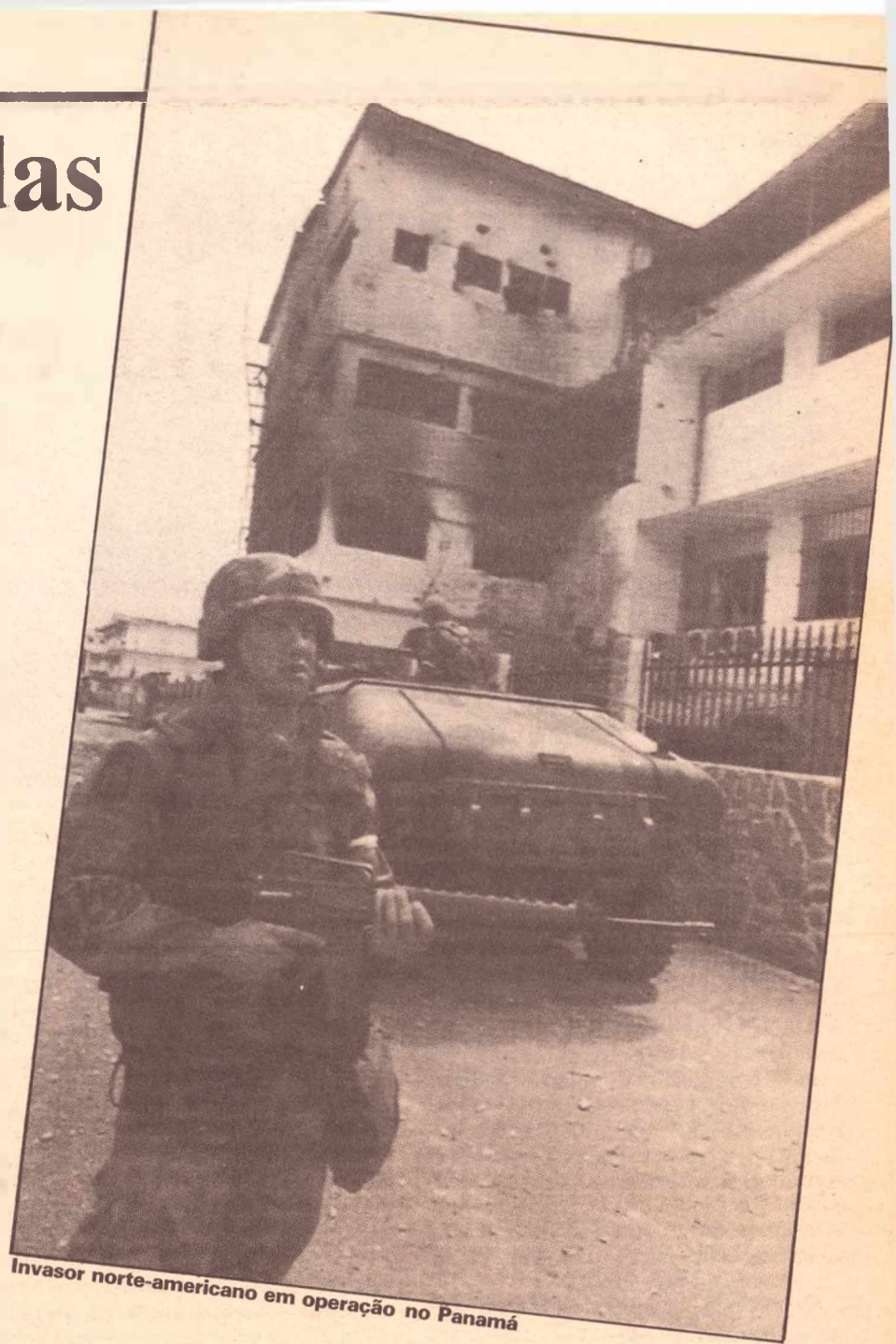
De qualquer maneira, tanto dentro como fora dos Estados Unidos, são cada vez menos os que acreditam que esse tipo de ações tenham algum resultado - exceto o de aumentar a ingerência americana na América Latina. Basta ver que, mesmo com Noriega na cadeia e um governo títere instalado no Panamá, conseguir cocaína nas cidades americanas continua tão fácil como antes - e, ao que se sabe, seu preço não aumentou um só centavo.

* Editor da seção de Internacional da revista "Veja"



Bombardeios aéreos desabrigaram panamenhos

Raphael Gaillarde



Invasor norte-americano em operação no Panamá

PT repudia invasão

O Partido dos Trabalhadores denuncia e repudia a invasão norte-americana ao Panamá e manifesta sua solidariedade com o povo panamenho nesta hora dramática em que os direitos à soberania e à autodeterminação estão sendo violados de maneira flagrante, independentemente da avaliação que possa ser feita do Governo daquele país.

Após as eleições de 7 de maio deste ano e sua posterior anulação, os Estados Unidos aumentaram ostensivamente a sua intervenção nos assuntos internos do Panamá. O Presidente Bush enviou mais 2000 homens à zona do Canal e a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos ficou incumbida de organizar ex-combatentes da "contra" nicaraguense para lutar contra o regime do Panamá, segundo informou "The Times" de 22 de julho deste ano. A mesma fonte afirmou que havia um acampamento de aproximadamente 1200 guerrilheiros armados dentro do Panamá, a 50 km da fronteira com a Costa Rica.

O Partido dos Trabalhadores entende que a intervenção aberta

acontecida no dia de hoje é o desfecho de um processo, interna e externamente determinado pelo confronto em torno do controle do Canal do Panamá. Trata-se de impedir o cumprimento dos termos do Tratado Torrijos-Carter (1977) que estabelece a reversão paulatina ao Panamá de todo o território e obras do Canal, culminando com a transferência total de sua soberania em 1999.

O Partido dos Trabalhadores declara que a luta contra a invasão norte-americana ao Panamá não é uma luta só dos panamenhos, pois o interesse estratégico dos EUA em manter a superbases do complexo militar do Comando Sul está vinculado à política hegemônica para todo o Continente.

Portanto, o PT chama a todos os Partidos Políticos, organizações e entidades da sociedade civil, amantes da paz e da democracia, a solidarizar-se com a resistência do povo panamenho e exigir o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos.

São Paulo, 20 de dezembro de 1989
Comissão Executiva Nacional

A Leste tudo de novo

O colapso da economia e as explosões nacionalistas na URSS, a ascensão do Solidariedade na Polônia, a virtual autodissolução do Partido Comunista na Hungria, as revoluções populares em países aparentemente estáveis como a Bulgária, a Alemanha do Leste, a Tchecoslováquia e finalmente a Romênia revelam um fato que ninguém pode negar: o Leste europeu está sendo varrido por um imenso furacão. E o projeto de socialismo do PT, o que tem a ver com tudo isso?



Abertura do muro de Berlim

Marco Aurélio Garcia*

Na URSS, os acontecimentos dos últimos meses imprimiram um ritmo particularmente agudo à crise do regime soviético explicitada desde a ascensão de Gorbachov à direção do Estado e do partido comunista. O colapso da economia se torna cada vez mais evidente, a multiplicação das mobilizações sociais acelera transformações do sistema político e o quadro ganha uma complexidade adicional com as explosões nacionalistas nas repúblicas do Báltico, na Geórgia, no Azerbaijão, para só citar os pontos mais críticos.

Na Polônia, o Solidariedade assume o governo reservando ao PC (POUP) um papel cada vez mais secundário. Na Hungria o Partido Comunista virtualmente se autodissolveu; reivindicou-se como organização social-democrata já tendo solicitado sua filiação à Internacional Socialista.

Mesmo países aparentemente estáveis como a Bulgária sucumbem à tentação reformadora: a direção do PC é destituída e parte de seus membros é presa.

A própria Alemanha do leste não escapa à renovação. Uma sucessão de manifestações massivas nas principais cidades obriga o PC a uma democratização acelerada do país. Lá, igualmente, os homens ligados ao regime são presos por corrupção e a população ataca as sedes da polícia política.

A Checoslováquia troca a direção do Estado e do partido comunista. Dubcheck, deposto pela invasão soviética em 68, volta à cena e Havel, o principal "dissidente" do país, assume a chefia do governo.

Finalmente, a Romênia é sacudida por uma violenta insurreição popular que derruba o governo e executa as cabeças visíveis da opressão.

Até mesmo a bucólica (e fechada) Albânia parece dar sinais de agitação interna.

A crise da utopia

A crise daquilo que muitos chamaram eufemisticamente de "socialismo

real" provoca a euforia da direita. Conservadores e liberais festejam a "volta ao capitalismo", o restabelecimento da economia de mercado e da democracia parlamentar. Mas festejam sobretudo a "morte do comunismo".

Na esquerda as atitudes variam. Para muitos, a crise do leste já estava prevista desde os anos 30. A burocracia soviética e assemelhadas um dia seria varrida por insurreições operárias. A "superestrutura política" destes regimes teria mais dia menos dia que ajustar-se à "infra-estrutura econômica" socialista.

Alguns vêem os acontecimentos do leste com apreensão identificando neles o "dedo do imperialismo" somado à falta de firmeza dos dirigentes depositos. Para outros, tudo não passa de uma revolta das massas contra a burguesia de Estado que dominava estes países há muito tempo.

Mais além destas certezas o que domina grande parte da esquerda é um sentimento de perplexidade profunda, uma crise moral de grandes proporções. A utopia socialista que galvanizou esperanças e, sobretudo, energias políticas durante décadas parece ter deixado de existir ou ficou envolta por uma névoa espessa.

As certezas que nortearam a ação de militantes no mundo inteiro em meio a dificuldades inimagináveis foram fortemente abaladas. As idéias do socialismo e do comunismo perderam a antiga força de atração sobretudo sobre os jovens.

O debate no PT

A profundidade e velocidade com que se processam as mudanças políticas no leste devem se constituir, no entanto, em um ponto central de reflexão para importantes setores da esquerda brasileira, sobretudo para o Partido dos Trabalhadores.

Esta reflexão tem um pressuposto e várias exigências.

O pressuposto: o PT é o espaço privilegiado para que uma discussão como esta se dê.

As exigências: este debate é urgente, deve ir ao fundo dos problemas e, por

esta razão mesma tem de ser livre e corajoso.

Por que o PT é o espaço privilegiado para este debate?

Fundamentalmente, porque ele nasceu e se desenvolveu em certa medida em ruptura com a tradição socialista que hoje está em crise. Surgimos em um momento de esgotamento da esquerda brasileira, que amargava em fins dos anos 70 uma profunda derrota política e militar. No plano internacional já se desenhavam no fim da década passada os primeiros sinais do que iria hoje acontecer, ainda que fosse difícil prever o curso mais preciso dos acontecimentos.

Nascemos não em função de um projeto intelectual pre determinado de socialismo, mas da emergência de significativos movimentos sociais, particularmente nas classes trabalhadoras. A ação destas, sobretudo dos setores mais modernos da classe operária, apontava para um novo tipo de relação dos trabalhadores com a política no país, distinto dos projetos populista ou comunista. O socialismo que o PT reivindicou desde o início, ainda que de contornos vagos, buscava diferenciarse explicitamente dos modelos social-democrata ou burocrático.

Finalmente é importante assinalar que o problema do socialismo e de sua profunda renovação foi colocado para o PT menos por uma imposição ideológica do que pela análise das implicações da evolução econômica, social e política do Brasil.

A partir dos anos 70 ficou cada vez mais evidente o caráter do capitalismo brasileiro, suas tendências oligopólicas e o papel fundamental que desempenhava neste processo o Estado como um dos agentes decisivos da concentração de riqueza e, em consequência, da exclusão e miséria de dezenas de milhões de homens e mulheres. Ficou evidente, igualmente, a relação que existia entre esta situação econômica e social e o caráter antidemocrático de nosso sistema político e a ausência de liberdades públicas, de direitos e garantias individuais.

O PT entendeu, porque experimentou praticamente esta realidade, que a

democracia social era inseparável da democracia política e que ambas faziam parte do projeto socialista. Contrariando a tradição socialista dominante, passou a considerar a democracia como valor em si e não como mero instrumento (ou espaço) para "acumular forças" e depois conquistar o socialismo.

Por todas essas razões não nos deve surpreender o que está ocorrendo no leste europeu nem nos pode mover qualquer tipo de solidariedade com os regimes depositos.

Urgência e liberdade

Dez anos depois de sua fundação, tendo acumulado experiências decisivas neste período de sua existência, sobretudo a da última campanha eleitoral, o PT está obrigado a realizar uma profunda reflexão sobre seu passado para definir seu papel na sociedade brasileira neste fim de século e de milênio. Nesta reflexão a questão do socialismo e de um ajuste de contas com as distintas concepções que atravessam o partido não mais pode se adiar. Nossa omissão tem sido constantemente entendida por amigos e inimigos como incapacidade ou impossibilidade de oferecer para o país um projeto claro de sociedade.

A profundidade do debate exige ir à raiz dos acontecimentos que abalam de há muito o chamado "campo socialista". Impõe o estudo da história dos processos revolucionários não somente a partir das versões oficiais, mas confrontando as distintas explicações desses fenômenos políticos. A história não pode servir, no entanto, como desculpa para as profundas deformações e pervertidas mesmas desses regimes, seu conhecimento é um elemento de inteligência das causas do ocorrido.

Coragem e liberdade significam que nenhum dos participantes desta grande discussão deve se sentir inibido em expressar suas opiniões. Nada mais prejudicial e escandaloso num momento como este do que o oportunismo, o deixar de fazer análises, expressar pontos de vista ou até mesmo sentimentos. Não é hora de bom-mocismo ou de ficar em cima do muro.

A importância do que está ocorrendo no leste reside, entre outras coisas nos grandes desafios políticos que esta crise propõe. Eles abalam as certezas de muitos setores da esquerda, mas também dos conservadores que se referiam à URSS e aos demais países do leste como regimes totalitários que haviam liquidado com a sociedade civil e que, portanto, só poderiam ser liquidados por uma ação externa.

Independentemente das forças em presença nas distintas e complexas lutas que se travam nesta área do mundo, o que se verifica predominantemente no leste é algo de novo, uma vontade de liberdade e democracia que podem reconciliar estes dois valores revolucionários com a idéia de socialismo.

* Professor do Departamento de História da Unicamp, Secretário da Cultura de Campinas, e membro do Diretório Regional de São Paulo do PT.

Os (des) caminhos da conjuntura

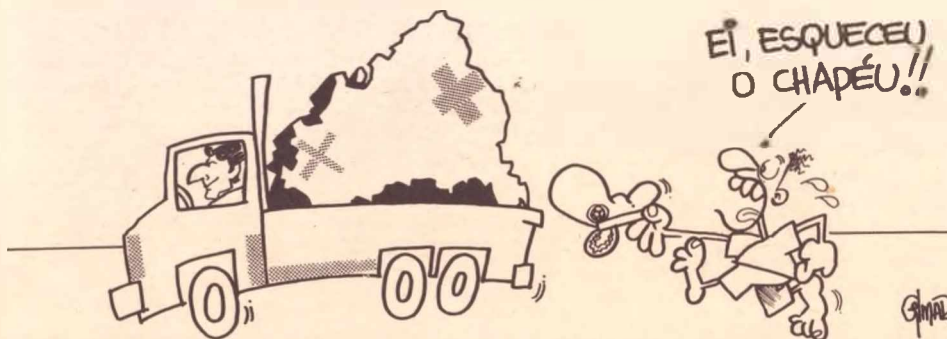
Jorge Eduardo Mattoso*

O presidente eleito Collor de Mello, deverá assumir a 15 de março em meio ao agravamento da conjuntura econômica. A crise que resultou em uma década perdida em termos de crescimento e produção de riquezas vem alcançando seu auge. O completo descrédito do governo Sarney e a ausência de instrumentos efetivos de política econômica (hoje praticamente limitados à elevação da taxa de juros do over para impedir a fuga massiva de capitais), acoplados aos boatos derivados do suspense mantido pelo presidente eleito no referente à sua política econômica, vem acentuando a elevação dos patamares inflacionários e ampliando as condições de deflagração do processo hiperinflacionário. Em meados de janeiro as previsões mais otimistas relativas à inflação à época da posse apontavam para níveis entre 70% e 80% ao mês.

Os trabalhadores não conseguem suportar a perda de poder aquisitivo resultante da elevação inflacionária. Os atuais reajustes mensais defasados (relativos à inflação do mês anterior) determinados pela política salarial existente já são demasiado espaçados para assegurar minimamente a reposição das perdas inflacionárias. Em um movimento defensivo e indispensável à

A crise que resultou em uma década perdida em termos de crescimento econômico chega ao auge. E o governo não dispõe de instrumentos para enfrentá-la.

A indecisão de Collor e o suspense em torno de seu programa econômico estão acentuando as incertezas, e permitindo que a inflação atinja patamares perigosos.



preservação de condições de vida e trabalho a Central Única dos Trabalhadores - CUT vem defendendo o pagamento semanal e corrigido dos salários.

Frente a uma situação de tal gravidade e sujeita ao dramático descontrole do processo inflacionário, o presidente eleito nega-se a discutir o adiantamento de sua posse e vem mantendo um verdadeiro suspense sobre suas iniciativas na área econômica. Ao mesmo tempo, lança diariamente balões de ensaio através dos meios de comunicação sobre eventuais ministros mais ou menos ligados aos principais grupos eco-

nômicos do país. As informações que vazam através da imprensa vêm indicando dois caminhos possíveis para a fase inicial do governo Collor, da posse até as eleições de outubro de 1990.

O primeiro, seria um caminho que desde o início tentaria uma saída claramente conservadora à crise, onde a preservação *grossa modo* dos mecanismos de negociação das dívidas externa e interna seria "compensado" por um acentuado ajuste patrimonial do Estado (leia-se: entrega indiscriminada de empresas públicas aos grandes interesses privados nacionais e internacionais) e por uma política de estabilização recessiva e antipopular.

O segundo, seria um caminho híbrido e temporário, onde se embaralhariam alternativas mais ou menos ortodoxas e conservadoras com políticas compensatórias. Neste segundo caminho, a dívida externa mereceria um enfrentamento menos passivo por parte do novo governo, a dívida interna continuaria a ser administrada através das taxas de juros, se acentuaria o atual processo de privatização do Estado - também com uma reforma patrimo-

nial, ainda que menos intensa que na primeira alternativa - e com uma política de estabilização mais ou menos recessiva, mas acompanhada de algumas políticas compensatórias (congelamento, ticket alimentação, expansão do seguro-desemprego, maior multa ou pagamento de um número maior de meses para os demitidos sem justa causa etc.).

Qualquer um dos caminhos adotados não enfrentam de forma consequente a problemática das dívidas externa (suspensão, auditoria e negociação em novos termos) e interna (alongamento do perfil dos títulos públicos já detidos pelos credores internos), desconsideram que o tempo necessário para troca de ativos do Estado pelas dívidas é demasiado longo e, sobretudo, admitem em maior ou menor grau e sem discussão que o ônus do seu programa de estabilização deverá recair basicamente sobre os trabalhadores.

A nova conjuntura que se abriu após o segundo turno e sobretudo seu desdobramento após a posse do governo eleito colocam os novos desafios ao Partido dos Trabalhadores. Durante seus dez anos de existência e mais intensamente durante a campanha eleitoral o Partido foi capaz de responder satisfatoriamente aos desafios que se colocaram. Hoje o PT vê suas responsabilidades acrescidas pelo respaldo que a sociedade brasileira lhe deu. Para responder aos novos desafios deverá saber construir democraticamente o conhecimento e os instrumentos de ação coletivos capazes de enfrentar com agilidade e competência as definições políticas e econômicas antipopulares que o governo Collor adotar nos próximos meses.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp, diretor-adjunto do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP e assessor econômico do PT.

A alternativa popular é possível

Não há sombra de dúvida que o Brasil mudou. Perdemos as eleições presidenciais de 1989, mas ao contrário das derrotas de 1964 (golpe militar), 1968 (AI-5) ou 1984 (campanha das diretas), a sociedade organizada e as forças progressistas saem fortalecidas em sua união e organização. Fortaleceu-se a democracia, até hoje frágil em meio a um Estado e sociedade ainda autoritários. O Partido dos Trabalhadores mostrou sua cara por todo o país, tornou-se efetivamente uma alternativa de poder, superando em muito quaisquer expectativas otimistas em torno da primeira eleição presidencial após cerca de 25 anos de regime militar e "nova república".

A candidatura Lula, a campanha eleitoral e o resultado das urnas tiveram um extraordinário significado histórico em meio a uma das mais graves crises econômicas. O lançamento do companheiro Lula permitiu que se expressasse pela primeira vez no país uma candidatura cujas origens e comprometimento com os trabalhadores e movimentos sociais organizados fosse inquestionável. A campanha eleitoral viabilizou a constituição de uma ampla frente progressista - sem precedente histórico - em torno de nossa proposta democrática e popular. O re-

sultado das urnas mostrou que, além de necessário historicamente, é possível constituir-se no Brasil de hoje uma alternativa democrática e popular que viabilize as profundas transformações estruturais que os trabalhadores e a sociedade exigem. A unidade do PT com as outras forças democráticas e progressistas mostrou-se indispensável não apenas eleitoralmente mas também para garantir a viabilização de um verdadeiro governo de mudanças.

As classes dominantes, os eternos grupos de privilegiados que asseguraram a permanência de um modelo econômico excludente e concentrador, que obtiveram todas as benesses possíveis de um Estado cartorial submetido a seus interesses, suspiraram aliviados após o dia 17 de dezembro. Afinal, um governo democrático comprometido com a sociedade organizada, com a democratização e desprivatização do Estado, com o combate à inflação e a defesa do poder aquisitivo dos trabalhadores, com o crescimento econômico auto-sustentado e a distribuição de renda não era de seu interesse. Não sem razão o candidato Collor recebeu o apoio massivo dos setores mais atrasados - e ainda dominantes - do empresariado nacional. (JM).

Receba o Boletim Nacional

Basta fazer a sua assinatura enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. Onze de junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — Departamento de Circulação.



Boletim Nacional

12 edições

10 BTN's (do mês)

Não envie vale postal
Não tem cheque?
Procure o seu diretório e faça as assinaturas

Nome.....

Endereço.....

CEP..... Cidade..... Estado.....

O ataque articulado dos barões da imprensa

Uma de nossas culpas foi nunca termos dado muita atenção ao fenômeno da comunicação. Nascemos como partido democrático e lutamos pela democracia, mas muitas de nossas cabeças foram formadas sob o paradigma que considerava a democracia uma "farsa burguesa". "Combatemos os DOI-CODI que torturavam e matavam durante a ditadura, mas não combatemos os jornais e os jornalistas que mentem e caluniam sob a democracia. Até apoiamos, por extensão e acriticamente, o corporativismo dos sindicatos de jornalistas. Realmente não há democracia se a imprensa não é livre, pluralista e honesta. A imprensa brasileira tornou-se o DOI-CODI da democracia.

Bernardo Kucinski*

Articulados a outros empresários, como os que sabotaram o transporte coletivo em lugares tão distantes entre si, os barões da imprensa e da TV deram a contribuição decisiva na campanha da burguesia para "derrotar Lula a qualquer preço". Organizaram não um simples golpe mas todo um processo que implicou na colaboração dos quadros orgânicos de cada redação, os "jornalistas da casa", na indiferença de outros e finalmente na deformação do trabalho da massa de jornalistas subalternos, despojados hoje de qualquer direito. Operam num quadro de decadência do jornalismo brasileiro, parte do quadro geral de perda de referenciais éticos da sociedade. A própria categoria dos jornalistas desconhece hoje a ética da profissão e qual a sua função numa sociedade democrática.

A derrota da equidade, da honestidade e do pluralismo dos meios de comunicação de massa tem implicações inquietantes. Denota uma fragilidade estrutural que será novamente instrumentalizada numa próxima campanha. Jornalistas veteranos, que tanto reclamavam do autoritarismo do passado, e que se deixaram usar pela mesma polícia e pelos patrões exatamente num momento maior da democratização, sabem que não incorreram num mero pecadilho. Cometeram um pecadilho capital. Os jovens tiveram o seu batismo de fogo, amadureceram na intimidade da violência editorial. Tentaram resistir, mas nada garante que se assumiram de vez.

Candidatura de proveta

A candidatura Collor já nasceu de

proveta. Houve um salto de qualidade nas técnicas de engenharia política desenvolvidas pela Globo desde 1982, quando quase derrotou Brizola nas eleições para o governo do Rio de Janeiro através de um programa de computador que substituiu o resultado das urnas por um outro geneticamente manipulado. Desta vez, Roberto Marinho superou a si mesmo: criou um candidato, forneceu a própria realidade. Collor interpretou o papel com eficácia. E pronunciando palavras-chaves, como "marajás", detectadas por pesquisas de marketing político, não precisou nem debater.

Mas o empenho de Lula e seus comícios no sertão e nas cidades recolocaram a disputa no campo do real. Assustada com a vitória de Lula no primeiro turno, a burguesia entrou em pânico e lançou a campanha do terrorismo ideológico e da desclassificação de Lula na qual os jornais tiveram papel importante.

Os quadros de confiança afastaram jornalistas com alguma espinha da cobertura política e passaram a dirigir e fechar as páginas políticas como questão estratégica. Tornaram-se diárias as matérias anti PT do Estado. Nenhum dia podia ser perdido. A Folha trouxe Paulo Francis de Nova York para sua primeira página. Ferreira Neto montou um programa gratuito paralelo. Boris Casoy, mais sutil, reforçava com eficácia em momentos críticos.

As reportagens de O Estado de S. Paulo, que já não são mais lidas devido à inconsistência dos textos eram no entanto brandidas à distância nos progra-

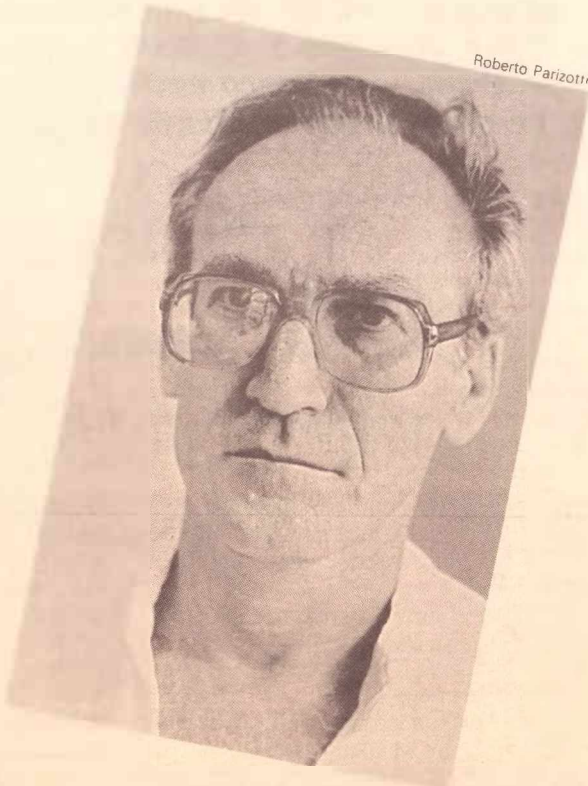
mas gratuitos de Collor e Ferreira Neto, como base supostamente documental das falsas acusações. Foi também o Estado que sinalizou as linhas mestras do ataque: caracterizar o PT como atrasado e antidemocrático, Lula como ignorante e a militância petista como uma "milícia" organizada para a violência (1).

Unanimidade

O sintoma mais sutil e mais importante da articulação dos barões da imprensa foi sua unanimidade a favor de Collor. Jornais, ao contrário da televisão, possuem públicos diferenciados e se distinguem através de diferenças ideológicas. E por não serem concessões públicas que podem apoiar candidatos (desde que nos limites da época) a maioria dos jornais por serem conservadores deveria apoiar Collor no segundo turno, mas um jornal liberal como a Folha de S. Paulo, deveria apoiar Lula, mesmo que criticamente. No segundo turno Lula era o candidato das mesmas forças esclarecidas e organizadas, que se engajaram na campanha das diretas. Para um jornal tão consciente de seu "marketing" essa traição ao seu público leitor não se deu gratuitamente.

Em quase todos os incidentes gerados para denegrir o PT, e não apenas no caso Diniz, há a participação de delegados de polícia.

Mesmo na tragédia da favela Nova República, o delegado insistiu em indiciar o administrador regional do Butantã por negligência, quando a própria polícia foi negligente frente aos



Roberto Parizotti

vários Boletins de Ocorrência contra o aterro clandestino lavrados naquela mesma delegacia. O caso Lubeca foi articulado com a polícia para se arrastar provocando um desgaste prolongado do PT desde que os jornais entrassem no jogo. A Folha entrou.

Nos últimos dias da campanha, frente a iminência da vitória de Lula, os "quadros orgânicos" lançaram uma blitzkrieg, intensificando o terrorismo ideológico e a difamação. No programa Ferreira Neto, Collor acusou o PT de querer confiscar as cadernetas de poupança. A Folha atribuiu a Lula uma proposta de arrocho salarial, e as correntes majoritárias do PT a intenção fazer "tudo o que estiver a seu alcance para cercear e se possível suprimir a liberdade de expressão. (2)

Fraude do debate

A Globo lançou a falsificação do último debate, fraude decisiva na inversão da tendência eleitoral que mostrava Lula atropelando Collor nos últimos dias da campanha. Conforme o Gallup dos dias 14 e 15, após o último debate e antes do debate forjado pela Globo, Collor caía para 44.9 por cento e Lula nele encostava com 44.4 por cento. E, apesar da ligeira vantagem de Collor sobre Lula na avaliação geral do debate (41.9 contra 38.8), Lula foi considerado vencedor por três em cada cinco dos indecisos. "São esses votos que decidem a eleição hoje" disse Carlos Eduardo Matheus, diretor do Gallup (3). Matheus disse depois que o programa falsificado da Globo foi decisivo na inversão da tendência final do eleitorado (4).

Finalmente, a polícia detonou a operação Abílio Diniz, um último cartucho. Boris Casoy atacou de entrevista com Saulo Ramos, vinculando o PT ao sequestro, através do artifício de dizer que devemos ser cautelosos e evitar ilações. O Estado encampou as declarações do delegado Fleury implicando o PT. Ainda acrescentou na primeira página que "Um padre da Zona Sul, simpatizante do PT, foi o avalista da casa alugada pelos sequestradores". (5) Naquele dia havia no Brasil 31 milhões de simpatizantes do Lula. As coberturas do sequestro de Diniz por Casoy e pelo Estado ficarão para os estudiosos da imprensa como o nosso incêndio do Reichstag.

- 1 - É preciso deter as milícias, escreveu Augusto Nunes, no OESP 5/12/89, pg 2;
- 2 - OESP, 15/12/89;
- 3 - FSP 12/12/89, pg 1 do caderno D;
- 4 - Entrev. ao autor, 17/12/89, à noite;
- 5 - OESP 17/12/89, 1.ª pág.

* jornalista, professor da Escola de Comunicação e Arte da USP, correspondente do jornal inglês *The Guardian*

A vitória em 14 cidades do PT

Lula ganhou em 14 cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores, de um total de 30 municípios. No estado de São Paulo, de um total de 11 cidades, Lula ganhou em três: Santo André, São Bernardo e Diadema, região onde o sindicato dos metalúrgicos tem uma forte influência. Nesses locais, Lula superou Collor em mais de 12 pontos percentuais. Na capital paulista, que foi o maior foco dos ataques contra o PT, Lula ficou com 37,40% dos votos, contra 48,92% de Collor.

O documento "Roteiro para Discussão", elaborado pela Comissão Executiva Estadual de São Paulo, em 21 de dezembro último, faz uma primeira avaliação desses resultados no Estado. O documento afirma que, em São Bernardo, Diadema e Santo André, o movimento operário organizado neutralizou em parte o desgaste das administrações, já que em todas as demais cidades do estado onde o PT é governo, Lula perdeu. Em contraste, ressalta a Comissão, o candidato da FBP ganhou em importantes pólos regionais como Ribeirão Preto, Araraquara e Bauru, e regiões operárias como Osasco, São José dos Campos, Sorocaba e Jundiá, locais em que o PT não é governo.

Na capital paulista, sustenta o documento da Comissão Executiva, ficou claro que a população dos bairros mais sofridos, decisiva para a eleição de Luiza Erundina em 88, manifestou desconfiança em relação à capacidade do partido colocar em prática suas propostas de campanha. O documento sustenta que é preciso fazer um profundo reexame das administrações petistas, das políticas que estão sendo implementadas, e das dificuldades que o

partido encontrou em levar a luta política a partir de suas administrações.

O documento argumenta ainda que o PT precisa adequar seu discurso para atingir os grandes bolsões conservadores, perfil básico das pequenas cidades, que hoje praticamente são manipulados pelos meios de comunicação. De fato, o discurso do partido atinge setores organizados em sindicatos e movimentos sociais, ficando inacessível muitas vezes às camadas sociais desorganizadas, tanto no interior como nas capitais. Na periferia de São Paulo, por exemplo, existem milhares de pessoas que não têm acesso a moradia, saúde e transporte, muito menos a cultura e informação. As administrações petistas têm que encontrar um canal para atender essa massa de despossuídos. Do contrário, diz a Comissão, esses bolsões não identificarão no PT um partido capaz de representar seus interesses políticos.

Das três capitais governadas pelo PT, Lula ganhou - com o apoio decisivo de Brizola - em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com 66,46% dos votos, contra 20,18% de Collor. Em Vitória, Espírito Santo, o candidato da FBP perdeu por uma diferença pequena, ficando com 41,27% contra 43,97%. Ainda no Rio Grande do Sul, Lula ganhou em Severiano de Almeida e Ronda Alta, as duas outras cidades gaúchas governadas pelo PT. E em contraste com a tendência conservadora das pequenas cidades, Lula surpreendeu ganhando em Janduí (RN), Ipatinga (MG), João Monlevade (MG), Timóteo (MG), Angra dos Reis (RJ), Campo Erê (SC), São João do Triunfo (PR), e Salto do Lontra (PR), todas administradas pelo PT.

Município/Estado	n.º de votos	porcentagem
Janduí/RN	1.611	43,92%
Ipatinga/MG	52.107	50,2%
João Monlevade/MG	17.513	45,9%
Timóteo/MG	18.618	51,77%
Santo André/SP	214.821	53,31%
Diadema/SP	93.611	51,46%
Angra dos Reis/RJ	29.521	49,98%
Ronda Alta/RS	4.272	54,96%
Campo Erê/SC	6.563	44,67%
São Bernardo do Campo/SP	170.330	50,07%
São João do Triunfo/PR	3.078	46,04%
Porto Alegre/RS	556.612	66,46%
Severiano de Almeida/RS	1.633	54,91%
Salto do Lontra/PR	4.488	45,53%

O perfil de Lula nos dois turnos

Evolução das Intenções de Voto no 2.º Turno

Dia	Collor	Lula	Branco/ Nulo/ Indecisos
22/11	48%	39%	13%
30/11	50%	40%	10%
04/12	49%	41%	10%
08/12	47%	44%	9%
13/12	46%	45%	9%
16/12	47%	44%	9%
17/12*	50%	44%	6%

* Eleição real

No balanço do desempenho eleitoral do PT em 1989, os resultados do primeiro turno são os que melhor mostram a força do Partido e de Lula em todo o Brasil. É o que afirma a coordenação da Campanha Presidencial do PT, em um esboço de avaliação submetido ao Diretório Nacional no final de janeiro. Os números, diz o documento, "podem nos levar a detectar, em cada município e estado, nossos pontos fracos e fortes, nossa potencialidade de crescimento, nossas dificuldades, os efeitos de nossa propaganda e da ação da militância, assim como o papel das alianças materializadas na FBP".

Na avaliação da Coordenação são as seguintes as principais indicações observadas nos resultados do primeiro turno:

Estados - "demonstramos crescimento sensível" em unidades como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Paraíba, Piauí, onde o PT obteve votação acima de 20%. "Abaixo das expectativas" ficaram os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Capitais e grandes cidades - o PT continuou demonstrando força e crescimento, mas ficou bem abaixo das expectativas em cidades muito importantes como São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Vitória e Santos.

Em pequenas e médias cidades, os números do primeiro turno revelam fraqueza do PT, embora fosse possível detectar certo crescimento em relação às eleições anteriores.

Setores organizados - quanto aos setores organizados dos trabalhadores e da sociedade civil em geral, diz a Coordenação no seu esboço de balanço, "mostramos força", ao contrário do que ocorreu nos setores de baixa renda,

sem instrução e desorganizados bem como em diferentes segmentos da classe média, em particular no interior.

Números do 2.º turno

Um balanço da candidatura Lula na campanha para o segundo turno, em cima dos dados da Pesquisa DataFolha, do jornal Folha de S. Paulo, mostra que, até o começo de dezembro, a desvantagem do candidato da Frente Brasil Popular diante de Collor era muito grande, na casa dos dez pontos percentuais. Mas os números já mostravam o potencial de Lula. Saído do primeiro turno com quase 17% dos votos, na primeira pesquisa do segundo turno já aparece com 39% das intenções de voto.

É a partir do primeiro debate, em 3 de dezembro, transmitido por quatro grandes redes de televisão, que Lula dá a arrancada, enquanto a imagem de modernidade de Collor começa a cair. No dia 13 de dezembro chegaram a um empate técnico: Lula ficou com 45% das intenções de votos, contra 46% de Collor.

Após o segundo debate, ocorre uma nova virada, desta vez com Collor se recuperando e Lula recuando. Do dia 14 de dezembro, ao dia da eleição, a candidatura Lula recua um ponto percentual. Nas urnas, finalmente, os indecisos despejam seus votos no candidato do PRN. Basta ver que na pesquisa do dia 13, Collor tinha 46% das intenções de voto, Lula 45% e ainda 9% eram indecisos, ou iam votar em branco ou nulo. No resultado oficial da eleição, Collor fica com 50% do total de eleitores, recebendo um ponto percentual de Lula, que cai para 44%, e três pontos percentuais dos indecisos, brancos e nulos, que ficam com seis por cento.

A campanha deixou grande saldo político

“Qualquer avaliação das eleições de 89 faltaria com a verdade, caso desconhecesse a significativa vitória política do Partido dos Trabalhadores, da Frente Brasil Popular”, no primeiro turno. Mais que uma vitória eleitoral, acredita a Comissão Executiva Nacional do PT, ela criou condições para a disputa no segundo turno e para a unificação de todo o campo democrático-popular e progressista em torno da candidatura Lula.

A participação militante, politizada, e a mobilização dos movimentos sociais, sindical, popular, agrário, estudantil, das mulheres, dos negros, índios, deficientes físicos trou-

A vitória política representada pela unificação do campo democrático, com o PT e Lula à frente, é o principal saldo das eleições presidenciais do ano passado, sob o ponto de vista partidário. Há outros avanços, assim como há também inúmeras mazelas que se revelaram durante a campanha, e que foram enumeradas dentro de um balanço preliminar que resultou das discussões da Comissão Executiva Nacional.

especial à participação de Lula na campanha. “Ele credenciou-se como a maior liderança política e popular do Brasil”, participando e atuando como dirigente partidário, sempre coordenado com a direção

pública e, agora, o lançam na aventura Collor de Mello”.

Sem esgotar o processo de avaliação da campanha, as discussões da Comissão Executiva concluíram por essa visão positiva e vitoriosa, mas

no segundo turno deram a Collor de Mello condições para consolidar seu eleitorado popular e somar na base do anticomunismo, da exploração da religiosidade de sentimentos nacionais inconscientes, a maioria do eleitorado conservador do país.

Essa avaliação, segundo a Executiva do Partido, evidencia as deficiências estruturais do PT e da esquerda: faltam nível de organização e enraizamento nos setores mais pobres da classe trabalhadora e das cidades pequenas do interior, e nossa rede de jornais e boletins é insuficiente, e até ridícula diante dos instrumentos de comunicação que apoiaram Collor. A ausência de um jornal nacional do PT foi desastrosa e a própria estrutura de direção partidária não se mostrou à altura do desafio colocado, segundo a auto-crítica dos membros da Comissão Executiva Nacional.

Mas há também razões conjunturais para explicar a vitória de Collor, segundo a Executiva. “Não fomos capazes, ao entrarmos para o



Edimar Menezes

Comício da Candelária, dezembro de 1989.



Edimar Menezes

xeram de volta ao cenário as mobilizações populares que o País não assistia desde a campanha das diretas.

Depois de 10 anos de existência, sustenta a Executiva em avaliação que submeteu em janeiro ao Diretório Nacional, “nosso partido deu uma demonstração, apesar de nossos erros e insuficiências orgânicas e políticas, de que está preparado para disputar o governo do Brasil, tem programa, política de alianças, uma ampla base social e, principalmente, uma militância que sempre superou os erros da direção e as debilidades materiais e organizativas do partido.”

A Executiva dedica um destaque

nacional e com o comitê de campanha.

Do ponto de vista da esquerda - entende a Comissão Executiva -, o saldo é “surpreendente”. Pela primeira vez, abre-se na história do Brasil “a possibilidade real de disputar o poder, construindo uma política de frente e um programa comum. Para nosso partido, após dez anos de construção, apesar de todos os ataques e campanhas que sofreu, apresenta-se o desafio de ser o dirigente deste processo político e de ser capaz de criar uma alternativa ao projeto das classes dominantes brasileiras, que afundaram o país na transição conservadora da Nova Re-

identificaram também causas estruturais que concorreram para a vitória de Collor no dia 17 de dezembro.

Causas estruturais

O apoio decisivo do poder econômico dos meios de comunicação, a exploração dos preconceitos de classe contra Lula, do medo da classe média, e a unificação total da direita

segundo turno, de definir com rapidez e precisão uma estratégia para a agenda e mesmo para a TV e a rádio”. A direção política do partido se envolveu na articulação das alianças com o PDT, PCB, setores progressistas do PMDB e PSDB e não foi capaz de dar uma resposta articulada aos ataques desferidos pelo comitê de Collor, e que erradamente foram recebidos como de pouca eficácia.